

#diversifica

por um jornalismo mais diverso e inclusivo

Realização:

Jornalistas & Cia

portal dos
Jornalistas

Ano I - Nº 1 - Setembro/2022

Especial Subjetividades

*Seis jornalistas, seis realidades e um objetivo:
discutir a diversidade no jornalismo
a partir de suas vivências*



Carta ao leitor * Por Luana Ibelli

O #diversifica nasceu da constatação de que os principais conteúdos sobre comunicação no Brasil andavam “brancos demais”. Faltavam profissionais negros que pudessem aparecer com destaque? Não exatamente. O que faltava era trazê-los para os holofotes.

A partir desse incômodo, um projeto idealizado pelo editor **Fernando Soares** foi submetido e selecionado pelo [Programa Acelerando a Transformação Digital](#), e aqui estamos.

Quando entrei na coordenação editorial, sugeri aumentar o escopo para debatermos Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), esse modelo que se tornou um clamor mundial por organizações mais abertas a diferentes grupos de pessoas, e mais acolhedoras para as diferenças.

No jornalismo, percebemos a falta de diversidade de ponta a ponta: da redação, repleta de profissionais de um mesmo grupo social e econômico, até as pautas, que não abordam com profundidade a realidade da população, pois faltam olhares diversos para a construção das narrativas.

Faz tempo que o paradigma da objetividade jornalística caiu por terra. Mas ainda que não seja viável em nosso dia a dia, ele resiste na consciência de muitos colegas que acreditam serem neutros e imparciais, quando na realidade apenas reproduzem uma visão hegemônica de como as coisas devem ser.

Foi assim que, ao longo da minha carreira, enfrentei chefes incomodados quando meus conteúdos traziam o protagonismo de grupos vulnerabilizados. Uma pauta sobre racismo sem brancos falando? Uma reportagem sobre uma pessoa trans sem menção ao seu nome de registro? Essas abordagens eram “coisa de militante”, e não de jornalista.

Hoje, o #diversifica vem cheio de *Subjetividades*, assumindo lados para mostrar que a transformação do jornalismo a partir da diversidade não só é legítima, como também urgente. A crise da nossa profissão, que luta para ter credibilidade junto ao público, não é só de formato, mas também de reconhecimento.

A população, diversa, precisa se ver em nossos conteúdos. Nossos colegas, diversos, precisam ser acolhidos em suas diferenças para que possam ser os melhores jornalistas que tenham a capacidade de ser.

Assim avançaremos para que o jornalismo cumpra sua função primordial: ser um aliado da democracia, sem deixar ninguém para trás.



Expediente

Coordenação editorial

Luana Ibelli

(luanaibelli@jornalistasecia.com.br)

Textos e edição

Fernando Soares

(fernandosoares@jornalistasecia.com.br)

Mentoria

Graciela Selaimen

Apoio editorial

Anna França

(annafranca@jornalistasecia.com.br)

Victor Felix

(victorfelix@jornalistasecia.com.br)

Diagramação

Paulo Sant'Ana

(pr-santana@uol.com.br)

Edição Executiva

Wilson Baroncelli

(baroncelli@jornalistasecia.com.br)

Direção Comercial

Vinicius Ribeiro

(vinicius@jornalistasecia.com.br)

Direção Geral

Eduardo Ribeiro

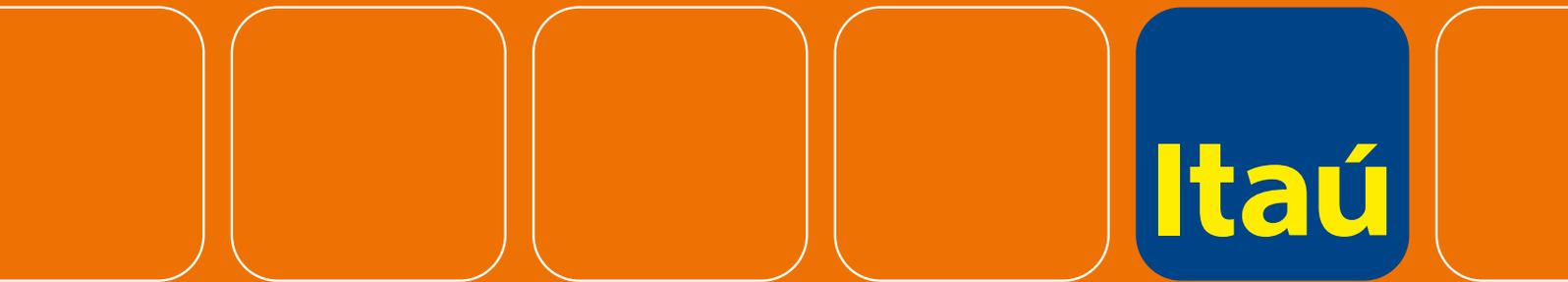
(eduribeiro@jornalistasecia.com.br)

O #diversifica é um hub multiplataforma de conteúdo para Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) da Jornalistas Editora.

Apoiam esta iniciativa: Ajour (Associação de Jornalismo Digital), ICFJ (International Center for Journalists), Meta Journalism Project, Itaú, Rádio Guarda-Chuva, Imagem Corporativa, Oboré Projetos Especiais e Énois Conteúdo.

_o Itaú avança para se tornar um banco cada vez mais diverso e inclusivo.

O Itaú atualizou seus compromissos de diversidade e inclusão. Isso quer dizer que temos objetivos claros de nos tornar uma empresa cada vez mais diversa até 2025. Chamamos de compromissos, e não metas, porque são construídos e trabalhados em conjunto com a sociedade e com nossos itubers. Para isso, ampliamos o investimento em projetos de desenvolvimento de talentos, em ações para contratação e promoção do respeito e da inclusão por meio de áreas institucionais, dos grupos de trabalhos internos e dos grupos de afinidade criados pelos itubers. A nossa evolução é feita com quem mais importa: as pessoas.



Itaú

LGBTQIA+, com Caê Vasconcelos

Uma aula de pluralidade (basta querer aprender)



Iniciar o *Subjetividades* com a temática LGBTQIA+ tem um significado especial. De todos os grupos abordados nesta primeira fase do hub #diversifica, este chama a atenção pela complexidade e pluralidade de seu público, mesmo não sendo, em números gerais, o mais amplo.

Basta lembrar que a evolução da sociedade, bem como das discussões sobre sexualidade e identidade de gênero, abriu horizontes para que pessoas pudessem ressignificar suas histórias, vivências, experiências e desejos. O próprio movimento GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), que ganhou força entre as décadas de 1990 e início dos anos 2000, evoluiu para LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero) e depois disso não parou mais de aglutinar novas siglas e demandas.

Um exemplo dessa evolução é o nosso primeiro convidado, **Caê Vasconcelos**, que por anos se entendeu como uma mulher lésbica, mas que só no último ano da faculdade de Jornalismo, durante a produção de seu Trabalho de Conclusão de Curso, começou a se identificar como um homem trans. “*Se eu tivesse o conhecimento do que era ser uma pessoa trans, certamente teria feito essa transição mais cedo*”, explica.

Tudo faz parte de um grande aprendizado e descobrimento, que vem transformando vidas. Infelizmente, são pessoas que ainda encontram muita dificuldade para serem compreendidas, simplesmente por não se encaixarem no padrão cis-heteronormativo. Com isso, sofrem para serem aceitos em família, encontram espaço no

mercado de trabalho ou serem retratados de maneira respeitosa na mídia.

Como agente transformador, cabe também ao jornalismo compor um espaço amplificador dessas vozes tantas vezes abafadas. Mas até essa inclusão, que também ocorre de maneira diferente dependendo da letra da sigla que essas pessoas representam, precisa ser feita com responsabilidade e acolhimento, e não apenas para se enquadrar em movimentos empresariais da moda.

Nas páginas a seguir conheceremos alguns exemplos de como diversificar equipes e narrativas de maneira inclusiva, permitindo a esses profissionais desempenharem seu papel de maneira plena, como qualquer outro profissional de uma redação.

Quem é Caê Vasconcelos?

Aos 31 anos, Caê Vasconcelos vem se destacando como uma das principais vozes entre profissionais transgêneros na abordagem da diversidade e dos direitos humanos no jornalismo brasileiro. “*Cria da Vila Nova Cachoeirinha*” – periferia da Zona Norte de São Paulo –, como ele mesmo gosta de destacar, começou a carreira equilibrando alguns trabalhos em agências de comunicação, além de colaborações voluntárias para

veículos independentes especializados na cobertura de Direitos Humanos, entre eles a [Agência Mural de Jornalismo das Periferias](#) e a [Ponte Jornalismo](#).

Orgulha-se de ser uma das primeiras pessoas de sua família a chegar à faculdade, onde se formou em 2017 com ajuda do ProUni, programa de bolsas de estudo para jovens de





baixa renda instituído em 2005, durante o primeiro Governo Lula.

Foi na faculdade, inclusive, durante a produção de seu Trabalho de Conclusão de Curso – que se transformaria no livro [Transresistência: pessoas trans no mercado de trabalho](#) –, que pela primeira vez entendeu-se como um homem trans. “Foi a partir das conversas com os meninos que eu estava entrevistando”, relembra. “Dali, até ter coragem de começar

a contar para as pessoas, foram mais de dois anos. Primeiro falei para a pessoa com quem me relacionava na época e para meus amigos mais próximos. Depois para a minha família. Mas foi só em abril de 2020 que me senti à vontade para contar no meu trabalho”.

Na época, já contratado como repórter da Ponte,

encontrou na redação todo o apoio necessário para que pudesse anunciar sua transição também para o público. Como era uma decisão que afetava diretamente uma das principais marcas de um jornalista, sua própria assinatura, ele optou por produzir um [texto explicando os motivos de sua transição](#) e coisas básicas, como a simples importância de respeitar seu nome e pronomes.

Em pouco tempo sua história ganhou destaque e Caê começou a se tornar uma das principais referências e vozes do jornalismo na luta não apenas pela causa trans, mas LGBTQIA+ em geral. Em fevereiro de 2021, foi o primeiro jornalista trans a participar da bancada do *Roda Viva*, como um dos entrevistadores de Érika Hilton, primeira mulher trans a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal de São Paulo.

No começo de 2022, mais uma importante virada em sua vida. Apaixonado por esportes, em especial futebol feminino, vôlei e skate, foi convidado para atuar como editor do *SportsCenter*, tradicional programa diário da ESPN Brasil.

“O Pedro dos Anjos, que é o gerente de conteúdo, me seguia no Twitter e um dia me chamou para uma reunião. Foi quando ele me convidou pra trabalhar na ESPN. Falei para ele que nunca

havia me imaginado jornalista de esportes, porque, enquanto pessoa LGBT, que já entrou na universidade sabendo que era um corpo LGBT, sempre achei que aquele não era um lugar para mim, que jamais poderia ocupar aquele espaço por causa de todo o preconceito que ainda envolve o esporte”.

Em pouco tempo, além da produção diária de conteúdo, Caê também participou diretamente de duas importantes produções que abordaram a presença de atletas LGBTQIA+ no esporte: as séries de reportagem [Reflexões](#) e [Atletrans](#).

Durante as gravações de seu episódio no #diversifica, em julho passado, confidenciou uma possível ida para o UOL Notícias, como repórter de Direitos Humanos, movimentação que se concretizou semanas mais tarde. “Para mim, não é possível ser jornalista e não pensar em Direitos Humanos. As duas coisas têm que caminhar juntas. Acho que o jornalista que sou hoje só foi possível por ter sido criado ali, no jornalismo independente, cobrindo esse tema”.



Caê Vasconcelos, no fundo, à esquerda, durante gravação do Roda Viva, com Érika Hilton



Uma exceção à regra

Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), as pessoas transgêneros são expulsas de casa, em média, aos 13 anos. Sem uma estrutura minimamente básica de educação, moradia, alimentação e saúde, cerca de 90% de travestis e mulheres trans acabam recorrendo à prostituição como fonte de renda e única possibilidade de subsistência. De acordo com o Projeto Além do Arco-Íris/AfroReggae, apenas 0,02% desse público esteve ou está na universidade, enquanto 72% não têm o ensino médio e 56%, sequer o fundamental.

Indicativos como esses ajudam a explicar porque a maioria dos poucos registros que se têm de jornalistas trans

atuando no Brasil resulta de uma transição tardia, como é o caso de Caê. Na grande maioria dos casos, uma pessoa trans dificilmente terá condições sequer de chegar à faculdade.

“Eu tive o privilégio de viver minha transição como repórter da Ponte, que é um veículo com foco em Direitos Humanos. Se estivesse numa grande redação, acho que não haveria esse cuidado. Mesmo assim tive medo. Imagina? Contar de repente que sou um cara trans? Com 27, 28 anos? Foi quando a minha ficha realmente caiu e cheguei a pensar que perderia o emprego, o afeto da família, tudo o que tinha ao meu redor. Questionei-me se precisava daquilo, mas entendi que estava no local perfeito para isso, pois poderia transformar minhas dúvidas e inseguranças em

oportunidade de trazer conteúdo que mostrasse porque esse processo é tão doloroso, e como as pessoas poderiam aprender com a minha história”.

“Por exemplo, esse texto da transição me trouxe um amigo muito especial, [Liel Marin](#), que também é jornalista. Ele trabalha hoje no audiovisual do UOL. Lembro que assim que saiu esse texto – não sei se ele já me seguia ou se começou a me seguir nessa época – começamos a ficar muito próximos. E isso, de certa forma, também deu um pouquinho de coragem para ele contar da própria transição”.

Mas a realidade não é necessariamente a mesma para todos, como ele ressalta: *“Tenho alguns amigos jornalistas que infelizmente não encontraram o mesmo acolhimento. [Gabryella](#)*

[Garcia](#), por exemplo, foi demitida quando contou da transição e pediu para usar o nome social na filial da emissora de TV em

que trabalhava. Isso aconteceu só dois ou três anos atrás, não estamos falando de dez anos”. Hoje, Gabryella é repórter do portal Marie Claire, com foco em celebridades, questões de gênero, política e direitos das mulheres.

No mesmo dia em que gravou a entrevista que marcou a estreia do videocast #diversifica, Caê participou do lançamento de um documentário sobre homens trans, produzido por um aluno da Mackenzie para seu projeto de TCC. O autor, [Gabriel Belic](#), que viveu sua transição como estudante universitário, foi vítima de inúmeros casos de homofobia, e é outro exemplo vivo de como essa mudança pode impactar a vida profissional das pessoas em diferentes níveis.

“Fui um dos entrevistados do projeto, e toda vez que converso com ele tenho que me segurar para não chorar. Não sei o que

é ser uma pessoa trans na faculdade, não faço ideia do quanto isso pode ser violento. O que sei é que ele chegou a pensar em desistir, mas depois que a [Patrícia Paixão](#) – que não foi minha professora, mas já formou muitos alunos por aí – apresentou o meu nome e minha história ele decidiu continuar com a graduação”.

Seja na juventude, durante a universidade ou já no mercado de trabalho, o processo de transição pode ser, e na maioria das vezes é, extremamente doloroso e traumatizante. Mas quando pensamos em uma área como o Jornalismo, cuja sensibilidade e capacidade de respeitar as particularidades de cada indivíduo são características essenciais para formar um bom profissional, é de se estranhar que profissionais LGBTQs ainda encontrem tanta dificuldade e falta de oportunidades para desenvolverem seus trabalhos, como quaisquer outros jornalistas.



Caê em depoimento para o documentário Demétrios, curta-metragem de Gabriel Belic sobre a pluralidade de vivências transmasculinas no Brasil

Redações precisam ser locais de acolhimento

Que tal um exercício de reflexão?

A redação que você trabalha está preparada para receber um profissional LGBTQIA+? Qual o nível dos comentários que circulam nos corredores e na pausa para o café quando o tema envolve pessoas que integram este grupo? E se essa pessoa estiver passando por uma transição de gênero ou for um profissional trans, ela encontrará um ambiente seguro e acolhedor para poder desenvolver seu trabalho no mesmo nível dos demais jornalistas? Sua voz terá tanta força quanto a de seus pares, e ele terá a possibilidade de crescimento de carreira?

“Acho que às vezes é importante a gente demorar para ter uma pessoa trans na redação”, acredita Caê. “Para essa pessoa ser de fato incluída

no ambiente de trabalho, a equipe tem que estar pronta. Não basta chegar e falar: ‘olha gente, a partir de amanhã vai ter um jornalista trans aqui’, é preciso mudar a mentalidade. As pessoas tem que estar juntas nessa luta”.

No desafio de criar ambientes de trabalho mais diversos, política que vem ganhando espaço nas empresas, principalmente após o crescimento de um outro fenômeno guiado pelas práticas ESG (Ambiental, Social e Governamental, na sigla em inglês), gestores ainda caem no

erro de “contratar para colorir” ou “dar um aroma de diversidade”, como criticam alguns jornalistas que vivem essa realidade.

“Desde que entrei na ESPN, todo o processo tem sido muito bonito. Lembro que na primeira conversa com o Núcleo de Diversidade, perguntaram o que poderiam mudar para me sentir mais confortável. Quando a gente começou a produzir o Reflexões e o Atletrans, vi que a minha palavra, pra gente decidir um caminho, valia tanto quanto a de pessoas que estavam, sei lá, há 20 anos na empresa”.

A jogadora de vôlei Tiffany Abreu e Caê durante as gravações da série Atletrans



Não por menos, Caê vive hoje um excelente momento profissional e vem conquistando alguns sonhos que, ele mesmo afirma, não acreditava que algum dia fossem possíveis. Para sua sorte, a despeito das dificuldades, sempre teve ao seu lado redações dispostas a fazer o básico para que pudesse encontrar um local saudável de trabalho, preocupando-se unicamente em produzir jornalismo. E isso faz toda a diferença.

“Eu estava até esses dias falando com o Pedro dos Anjos, que pra mim era muito doido saber que, em quase cinco meses de redação presencial, ninguém nunca errou o meu pronome. A galera me enxerga 100% como homem que sou, sem eu precisar me encaixar

em um padrão cis. Até porque é isso, né, em uma sociedade que é tão transfóbica, ninguém nunca errar o meu pronome? Que loucura é essa que tá acontecendo? Parece que é uma pegadinha. Mas deveria ser assim, a gente não deveria ter medo de estar no mercado de trabalho e de ser a gente”.

Parece muito, mas é o básico se lembrarmos que a maioria dos profissionais que sempre estiveram inseridos no mercado não precisam negociar pronomes e respeito, apenas salário, benefícios, jornadas de trabalho e oportunidade de crescimento de carreira. Até por isso, a situação de Caê na ESPN ainda é exceção, mas uma exceção que lhe permite focar exclusivamente em fazer jornalismo, e crescer na

carreira em nível de igualdade, como qualquer outro profissional.

“Nos últimos anos, tenho feito um esforço para localizar pessoas trans em redações, e até o momento descobri umas dez. Algumas delas, inclusive, estão inseridas em grandes redações, mas dificilmente conseguem emplacar uma pauta ali. Ou veem uma pauta reproduzindo transfobia e não têm voz para mudar a realidade. Tá ali, sei lá, porque é importante ter esse funcionário, porque se fala muito de diversidade. Mas o quanto essa pessoa é de fato ouvida? Uma redação não é diversa porque ela tem uma pessoa negra ou trans, por exemplo, até porque será uma pessoa que vai estar sozinha, e isso é muito difícil se seus colegas não estão prontos para esse debate”.

Tudo é questão de escolha

Até o último ano da faculdade, em 2017, Caê jamais tinha visto uma palestra com um jornalista trans. Hoje, quase cinco anos depois, já perdeu as contas de quantas vezes esse papel coube a ele.

“É muito doido isso. Hoje eu tenho sido essa pessoa, e a primeira coisa que eu falo pros estudantes é que não existe imparcialidade no jornalismo. Tudo é decisão. Se a gente vai fazer uma matéria sobre qualquer tema, e a gente só ouviu homens cis, héteros, brancos e de classe privilegiada, isso é uma parcialidade”.

E a parcialidade, lembra Caê, não está apenas nas fontes escolhidas, mas também nos diferentes recortes que a

imprensa invariavelmente acaba dando a situações, de acordo com o perfil dos personagens retratados.

“Tem um título que acho muito emblemático, não vou citar o portal, mas que diz que o complexo de favelas da Maré é um bunker de bandidos. Por que a Maré e não Ipanema ou Copacabana? Ou trazendo para o contexto de São Paulo, porque em Paraisópolis a polícia pode matar vários jovens que estavam curtindo um lazer? Por que ali a polícia pode entrar, mas nas ruas ali dos bares da Mackenzie, que também têm tráfico de drogas, a polícia não faz dessa forma?”.

“Outro exemplo. Durante a entrevista da Lais Souza para a série Reflexões, ela disse uma frase que para mim foi muito impactante e também exemplifica isso. Ela mencionou

nas redações. Quando a gente tem um jornalista, qualquer que seja a sua bandeira, que vive uma realidade diferente do que foi tido como padrão, ele também ajuda a levar sua realidade adiante”.

Mas nem sempre os problemas de abordagem são tão óbvios, pelo menos para quem não vive essa realidade diariamente. Mesmo sem perceber, as narrativas jornalísticas, até as mais básicas, são invariavelmente carregadas de expressões e generalizações não inclusivas. E não se trata apenas de usar linguagens de gênero neutro, movimento que ainda deve levar algum tempo para se consolidar, mas simplesmente supor situações por causa de conceitos pré-estabelecidos, como por exemplo, tratar profissionais de enfermagem no plural como “as enfermeiras”, ou os de medicina, como “os médicos”.

que quando teve o acidente que fez com que se tornasse uma pessoa tetraplégica, foi na mesma época que vazou a informação de que ela estava namorando uma mulher. E a imprensa, na época, deu mais visibilidade por ela estar beijando uma mulher do que ela ter quebrado o pescoço e quase ter morrido. Ela disse: “Foi mais importante quem eu estava amando do que o acidente que eu sofri”. Esse é mais um caso de como a imprensa muitas vezes pode ser lgbtfóbica”.

Lais Souza



“No ano passado, teve o veto do governo Bolsonaro à distribuição de absorventes, algo inaceitável uma vez que a pobreza menstrual é algo que afeta muitas pessoas”, lembra Caê. “Eu lembro nessa época que teve um título do G1 que me marcou muito, e que dizia: [‘Bolsonaro veta absorvente feminino para mulheres e](#)

Falta de sensibilidade? Busca por cliques/audiência? Posicionamento editorial? O motivo para recortes como esses ainda serem tão comuns podem variar de publicação para publicação, mas no final das contas não deixam de ser uma contradição, se, em datas especiais, os mesmos veículos e jornalistas empunham bandeiras contra lgbtfobia, racismo ou demais lutas de classe.

“Cada palavra que a gente escolhe colocar em um título, cada pessoa que a gente entrevista, estamos sendo parciais. Muito do que a gente vive em sociedade, essa sociedade extremamente patriarcal, machista, racista, lgbtfóbica e classista, é culpa dos jornalistas também, que durante anos não trouxeram algumas pautas importantes. Felizmente, agora elas estão sendo faladas, e isso só é possível porque aos poucos a gente está chegando

[meninas de baixa renda](#):

Absorvente não tem gênero, gente!. [Nota da Redação: Depois de alertada sobre o erro, a redação do G1 alterou o título para um formato inclusivo].

“Dá pra gente falar de pobreza menstrual, de aborto, de gravidez, de menstruação no geral sendo inclusivo, usando o termo ‘pessoas’, porque no fim das contas mulheres são pessoas, assim como homens trans também são. Meu corpo não é o corpo de uma mulher, é o corpo de um homem trans, que tem útero e menstrua. E nem todos os corpos que tem útero menstruam. Quantas mulheres cis não têm útero mais, porque tiveram que fazer cirurgias ou por alguma doença, por exemplo. Elas deixam de ser mulheres por causa disso? Essa é uma conversa que daria muito pra gente incluir, mas a galera ainda quer excluir”.

Na dúvida, pergunte, mas há outras formas de se manter informado

Durante a última edição do BBB, uma frase do ator Douglas Silva [ganhou destaque na mídia](#). Em um papo sobre questões raciais, um dos participantes do reality show mencionou que queria aproveitar a oportunidade do programa, e de estar perto de uma pessoa como Douglas, para “aprender” coisas que não aprende em sua “bolha”. De forma atenciosa, o ator disse que “ensinar não era uma responsabilidade sua”, e que cada pessoa, sobretudo com acesso, tem que buscar por si as informações que lhe faltam.

O jornalismo é uma carreira que exige constante atualização

de seus profissionais, então falta de conhecimento não pode servir como desculpa para eventuais abordagens equivocadas ou preconceituosas em uma reportagem.

“No celular dá pra gente ‘dar um Google’ e entender as coisas”, argumenta Caê. “Eu mesmo tenho vários textos, artigos explicando como não ser transfóbico, e não reproduzir transfobias no jornalismo. Infelizmente, acho que muitas pessoas não querem realmente escrever da forma correta. Porque a gente entra no Instagram e tem um monte de gente fazendo conteúdo de graça, didático, e tem gente que ainda erra”.

Como dica, ele recomenda acompanhar o trabalho de algumas entidades que contam com ações didáticas nas redes sociais, entre elas a [Antra](#) (Associação Nacional de Travestis

e Transgêneros) e a [Fonatrans](#) (Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negros e Negras). Além delas, perfis de locais de acolhimento, como a [Casa Chama](#) e a [Casa 1](#), e de pessoas trans, também são sugestões básicas que podem auxiliar a todos.

“É claro que é importante também entender a individualidade de cada pessoa”, acrescenta. “Na dúvida, pergunte como ela prefere ser tratada e quais são seus pronomes. E algumas atitudes, em geral, devem ser evitadas, como querer saber o ‘nome morto’ da pessoa, ver imagens dela antes da transição ou saber se fez alguma cirurgia íntima. A não ser que seja para uma pauta relacionada a procedimentos cirúrgicos – e olhe lá! –, não há justificativa para que alguém queira saber como eu era antes ou se eu fiz alguma intervenção cirúrgica no meu corpo. Se eu

passei por um processo tão difícil e muitas vezes doloroso, é porque não me via do jeito que era, então porque eu teria interesse em seguir sendo retratado daquela maneira. O nosso papel, enquanto jornalistas, é escutar as histórias e retratá-las, mas é possível fazer isso sem invalidar a luta e nem machucar aquela pessoa”.

Professora, filósofa e integrante dos [Panteras Negras](#) na década de 1970, **Angela Davis** é hoje uma das principais referências para Caê na luta contra a discriminação social e racial. Para ele, a máxima de que não basta não ser racista, é preciso ser antirracista, defendida por Davis, também se aplica à causa LGBT.

“Não fui eu que criei a transfobia, não foi nenhuma pessoa trans, foram as pessoas cis. Então, é preciso que os jornalistas realmente se

engajem nesse tema. Alguns se questionam por não ser o seu lugar de fala. Tudo bem, você pode não dar uma palestra sobre a questão trans, mas pode ser sensível em seus textos. É muito estranho pensar que tem jornalista que não é sensível para as pautas”.

Muito além da pauta LGBT

Respeito, integração, acolhimento, isonomia. Todas estas são características fundamentais para um bom trabalho de inclusão dentro de um ambiente de trabalho, mas um outro aspecto essencial, e que muitas vezes passa despercebido, é o de permitir que esses profissionais não sejam lembrados apenas pelas suas lutas.

Assim como acontece com pessoas de classes historicamente

privilegiadas, profissionais LGBTQs, negros, indígenas ou com deficiência, por exemplo, também anseiam por escrever sobre Esportes, Política, Economia e Automóveis, entre outras editorias. Pressupor que eles só devam cobrir questões relacionadas a suas condições é mais uma maneira velada de alimentar preconceitos dentro de uma redação.

“Nesse sentido, minha experiência na ESPN tem sido muito positiva”, comemora Caê. “Apesar de ter participado do *Atletrans* e do *Reflexões*, não tenho obrigação de abordar a pauta LGBTQ. Na verdade, tem semanas que nem preciso tocar no assunto, o que é muito bom. No *SpotsCenter*, por exemplo, a cobertura é focada 90% no

futebol masculino. Eu até faço parte do time que é fã de futebol feminino, e que tenta sempre emplacar uma pauta ou outra”.

“Tem sido uma experiência muito interessante, até porque durante muito tempo, por conta da minha luta, eu só me via

como repórter especialista na pauta LGBTQ. Jamais me imaginei sendo um jornalista esportivo. Porque, enquanto uma pessoa que sempre foi LGBTQ, eu sempre achei que aquele não era um lugar para mim”.



Confira a íntegra da entrevista com Caê no canal do Portal dos Jornalistas no [YouTube](#), e em podcast, em [Spotify](#), [Orelo](#), [Google Podcasts](#) e [Amazon Music](#).

Treinamentos corporativos: conteúdo personalizado e com visão de futuro.

Formatos presencial, remoto e EAD.

Somos referência em treinamentos de comunicação de qualquer natureza.

Desenvolvemos soluções personalizadas, no formato que você precisar e do tamanho do seu desafio.

São mais de **15** formatos de treinamentos que abrangem serviços voltados para media training, workshops, práticas ESG, storytelling, entre outros.

Marque uma conversa com a IC e peça uma proposta. novosnegocios@iccom.com.br



imagem corporativa

CONEXÕES INTELIGENTES

www.iccom.com.br

Pessoas com deficiência, com Jairo Marques

Sem espaço no “bonde da diversidade”



É inegável o crescimento, nos últimos anos, do interesse em pautas relacionadas a diversidade. Além de ser uma cobrança natural, resultante da evolução da própria sociedade, números mostram que empresas que olham com mais cuidado para essa questão também estão obtendo melhores resultados em sua operação.

Dar voz e espaço a grupos minorizados, porém, não é tão simples. Não basta abrir as portas ou fazer programas para captar talentos, muito menos explorar a pauta em períodos

comemorativos. É necessário olhar com responsabilidade e entender as necessidades e demandas de cada grupo.

Nesta jornada, porém, ainda há pouco lugar no “bonde da diversidade” para as pessoas com deficiência. É o que acredita o editor da Folha de S.Paulo **Jairo Marques**, convidado do especial *Subjetividades* para falar sobre o tema. Para ele, o Brasil não enxerga com a devida atenção e respeito seus mais de 40 milhões de pessoas com deficiência.

E no jornalismo a realidade não é muito diferente. Além da falta de vagas nas redações, é muito comum que pautas que retratem pessoas com deficiência ainda sejam muito carregadas de preconceito e pontos de vista pejorativos.

Confira a seguir as principais demandas e sugestões para abordar de maneira mais preparada, no Jornalismo, a questão das pessoas com deficiência.

Quem é Jairo Marques?

O sorriso fácil, o jeito suave de falar e a atenção com que trata todos à sua volta fazem com que **Jairo Marques** seja uma daquelas pessoas difíceis de se esquecer. Mais difícil ainda é imaginar alguém que queira isso, principalmente após alguns minutos de conversa, em que mesmo que ele seja a estrela principal, você é quem se sentirá sob os holofotes.

Cadeirante desde a infância em decorrência da poliomielite, Jairo Marques é sul-mato-grossense de Três Lagoas e formou-se em Jornalismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em 1998.

Logo no ano seguinte ingressou na 27ª turma do

Programa de Treinamento da Folha de S.Paulo, e de lá não mais saiu. No jornal, já atuou como repórter, repórter especial, colunista, blogueiro e hoje, além de um pouco de tudo isso, também é editor de uma nova seção chamada Vida Pública, que debate questões relacionadas ao serviço e às políticas públicas.

Também foi professor de Texto Jornalístico, Crítica de Mídia e Prática de Redação na Universidade Metodista, e desde 2018 auxilia a equipe de roteiristas das revistinhas da Turma da Mônica com sugestões para histórias que debatam inclusão, diversidade e a realidade das pessoas com deficiência.

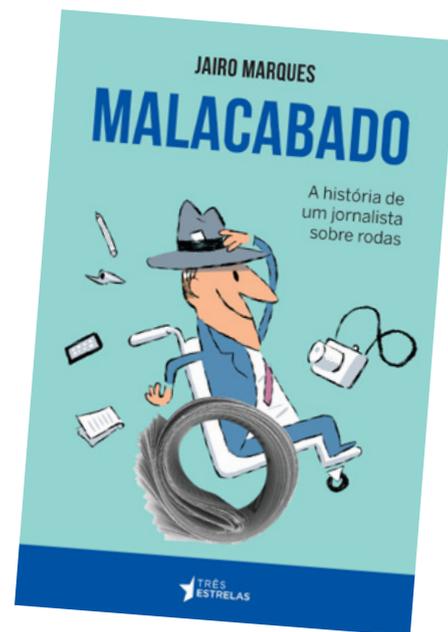
Sua paixão por pessoas e por ouvir suas histórias faz dele um exemplo de como o jornalismo pode e deve ser mais humano



para respeitar as diferenças de cada indivíduo. “Eu sou um jornalista apaixonado por pessoas, por gente”, destaca. “Sempre foi o meu grande material, a minha grande bagagem, gostar de pessoas, gostar de ouvir as pessoas. Desde criança. E é o que faço até hoje. Busco pessoas que não são normalmente vistas ou representadas em grandes veículos. E tenho, felizmente, uma porta em uma grande publicação para isso. Confesso ter uma certa obsessão por trazer histórias que não são contadas normalmente. Fico muito feliz

quando as pessoas abrem as portas, o coração, suas mentes, e suas dores”.

Em 2016, lançou [Malacabado: a História de um Jornalista Sobre Rodas](#) (Três Estrelas). A partir de sua própria experiência, ele traz no livro um relato franco e irreverente sobre a condição das pessoas com deficiência. “Ao nos levar pelos caminhos que literalmente rodou, como jornalista, pelo mundo afora, Jairo Marques nos interroga sobre o que é uma vida humana”, assinou **Eliane Brum** na orelha do livro, onde ainda definiu *Malacabado* como um “livro para todos”.



Parte, e não apêndice

A inclusão de pessoas com deficiência na sociedade e no ambiente de trabalho tem algumas particularidades e desafios que perpassam principalmente a visão deturpada de incapacidade que outras pessoas, consideradas “normais”, muitas vezes tem sobre elas. “É claro que não dá para contratar um profissional cadeirante e mandar ele subir o Himalaia”, brinca Jairo, mas muitas vagas para os quais pessoas com deficiência sequer são consideradas poderiam tranquilamente ser preenchidas por elas.

“O principal erro que persiste é o de achar que as pessoas com deficiência fazem parte de outro universo”, explica Jairo. “Elas são vistas como alheias à realidade em que vivemos. Seja na redação de um jornal, no mundo da moda, no esporte. Ainda hoje persiste um trato da pessoa com deficiência como um apêndice de sociedade, de cidadania, e não como parte”.

Segundo ele, apesar de

já ser possível notar alguma evolução nas discussões sobre acessibilidade e inclusão, as portas não estão exatamente abertas para esse público.

“É um processo lento, porque estamos falando ainda de coisas básicas, como acesso à educação. Se as pessoas podem ou não estudar na escola junto com as crianças ‘convencionais’, o que é uma aberração! Me desculpa, mas é absurdo você discutir em 2022 se as crianças com deficiência vão estudar à

parte. Meu Deus do céu! Apartar ser humano é uma coisa bem antiga e que não deu muito certo”.

Para Jairo, o jornalismo tem um papel fundamental de conscientização para mudar essa forma da sociedade enxergar e tratar as pessoas com deficiência. Naturalizar a presença e respeitar as diferenças são questões que podem ser captadas de maneira mais eficiente pelo público, quando são retratadas com naturalidade também pela mídia.

Reportagem de Jairo Marques publicada na capa da Folha de S.Paulo



“Quando se trata de uma pessoa com deficiência, ou infantilizamos, ou superprotegemos, o que está errado”, explica. “Precisamos ter menos melindres para aprender, para ouvir o que é diverso. É uma conversa cansativa, porque estamos enfrentando valores que todo mundo traz das suas casas sem pessoas com deficiência. São espaços onde crescemos assistindo Cinderela, achando tudo bem dar um tapa na cabeça de uma pessoa com nanismo, ou que uma criança com deficiência não precisa estar numa escola convencional, porque ela ‘precisa de cuidados especiais’. Tentar ser natural, sem desconsiderar as necessidades que essas pessoas têm, é um caminho importante para termos uma sociedade mais inclusiva”.

E esse “melindre”, relembra

Jairo, começa inclusive na forma como são definidas as pessoas com deficiência. Ao longo da história, para substituir e talvez até compensar o uso de termos totalmente equivocados e preconceituosos, como “inválidos”, “incapacitados” ou “deficientes”, a sociedade [passou a utilizar diversas nomenclaturas](#) que levavam a uma compreensão errada da realidade desse público.

A mais recente e que cada vez mais está caindo em desuso, é a definição de “portador de necessidades especiais”. Uma pessoa só pode portar algo de modo deliberado ou casual, como por exemplo um celular ou um guarda-chuva, que, se houver necessidade, ela pode deixar em algum lugar. Com a deficiência, isso não é possível.

Hoje, o termo mais indicado, e talvez o mais simples e

óbvio possível, é “pessoa com deficiência”, que, entre outros fatores, não esconde ou camufla a deficiência, mostra com dignidade a sua realidade, valoriza as diferenças e necessidades, e combate eufemismos que tentam diluir as diferenças.

“Só precisamos tomar cuidado para não colocar uma embalagem diferente do que isso realmente significa”, complementa Jairo. “Atualmente, temos uma sigla, que eu não digo que está errada, mas que reluto bastante em usar, que é transformar as pessoas com deficiência numa praga chamada ‘PcD’. Demorou tanto tempo para que conseguíssemos ser definidos como pessoas com deficiência, que é o que somos, para agora, lentamente, a sociedade nos transformar em uma sigla”.

Movidos por um “superesforço”

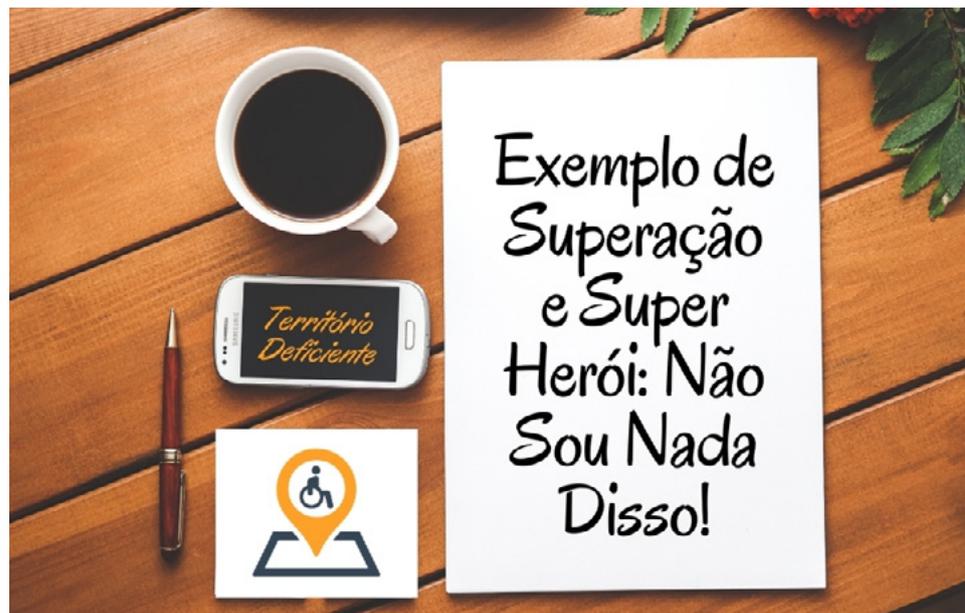
Quantas vezes ouvimos relatos de pessoas que após perderem a visão ou a audição, por exemplo, tiveram seus demais sentidos aguçados? Ou, então, que encontraram maneiras diferentes de superar obstáculos em cima

de suas cadeiras de rodas, e por isso são vistas quase como super-heróis, ou exemplos de superação pela sociedade? Romantizar casos como esses, apesar de bastante comum, ajuda a criar uma falsa sensação de que “basta querer” para que qualquer obstáculo seja superado.

Mas essa é uma equação

justa? Uma pessoa tida como normal precisa superar os mesmos obstáculos – em quantidade e intensidade –, para atingir minimamente a média dos demais profissionais que atuam em seu mercado de trabalho?

Para Jairo, essa falsa equivalência, que compara a super-heróis pessoas com deficiência que conquistaram algo básico na vida, na verdade pode esconder uma realidade muito mais complexa, resultante de um “superesforço” de pessoas que precisam ser muito melhores no que fazem para serem simplesmente consideradas no mesmo patamar que os demais em sua área de trabalho.



Campanha do blog Território Deficiente tenta dissociar imagem de “super-herói” atribuída a pessoas com deficiência

“Eu não posso ser um jornalista ‘ok’. Preciso ser um ótimo jornalista, porque se não eu não vou conseguir ter acessos, não vou conseguir galgar o espaço que gostaria de ter”, acredita. “Essa ideia de ‘super’ vem exatamente disso, da sua necessidade de ir além simplesmente para sobreviver. Você precisa ser muito bom e fazer muito mais, caso contrário não encontrará o mesmo espaço que outras pessoas. São coisas não necessariamente ‘naturais’, digamos assim”.

E mesmo esse empenho extra para chegar ao mesmo lugar que os demais não é garantia para uma inclusão profissional justa. “O olhar para a pessoa com deficiência é sempre diferente,

focado naquilo que ela não tem, mesmo que não seja algo tão relevante, ou facilmente adaptável, para exercer um trabalho”.

Diversidade para todos, sem banho de perfume

Criar programas para incentivar a diversidade no ambiente corporativo tornou-se um mantra defendido por quase a totalidade das grandes empresas. Baseados nos estudos e aplicações das práticas ESG, gestores passaram a enxergar esse movimento como uma maneira de também fortalecer a competitividade de

suas companhias e aumentar a lucratividade de suas operações.

Para Jairo, porém, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que esse movimento seja inclusivo a todos os públicos que reivindicam a pauta. “Tenho uma preocupação muito latente que nesse ‘ônibus’ – que às vezes eu chamo de ‘foguetes’ – das questões da diversidade, as pessoas com deficiência e os velhos não estão embarcando”, explica.

“Às vezes você pinça uma pessoa com deficiência ali no humor, um ou outro influenciador digital, mas no debate grosso da história, que é o trabalho, a educação e o acesso à saúde, que são os direitos básicos e fundamentais,



Na Arcos Dorados, **diversidade e inclusão** são ingredientes essenciais para gerar impacto positivo na sociedade. Visite a **Receita do Futuro**, plataforma da estratégia ESG da companhia, e conheça outras iniciativas.



Por trás de um futuro melhor tem uma receita toda nossa.

WWW.RECEITADOFUTURO.COM.BR



CERCA DE 1.500
FUNCIONÁRIOS
COM DEFICIÊNCIA



EM 2021, **52%**
DE TODAS AS PROMOÇÕES A CARGOS
DE LIDERANÇA FORAM CONQUISTADAS
POR MULHERES

(considerando todas as promoções, elas representam 60%)



61%
DAS PROMOÇÕES ENTRE
2020 E 2021 CONQUISTADAS
POR PESSOAS DECLARADAS
NEGRAS



MULHERES NEGRAS REPRESENTAM **40%**
DAS PESSOAS PROMOVIDAS PELA COMPANHIA
NOS PRIMEIROS MESES DE 2022

(considerando o total de promoções nos escritórios e restaurantes)



Lorrane Karoline Batista Silva, a Pequena Lo, é psicóloga, influenciadora digital e humorista com mais de 5 milhões de seguidores nas redes sociais. Ela possui uma síndrome rara que causa problemas ósseos e encurtamento dos membros

a pessoa com deficiência não está embarcando, ou está indo muito a conta-gotas. As pessoas precisam ter essa representatividade com o tamanho que elas têm de fato, não é o passar perfume e nem dar um belo banho”.

Ele alerta ainda para o fato de que a mídia, apesar de estar mais inclusiva com alguns grupos minorizados, passando a retratá-los com mais frequência nas reportagens jornalísticas e campanhas publicitárias, ainda não abriu seus olhos como deveria para as pessoas com deficiência.

“Esses debates, de representatividade cultural na novela, nos filmes, na propaganda, no jornalismo, que são os espelhos da sociedade e têm um impacto muito forte, ainda são muito desiguais.

Precisamos questionar o que é bonito ou o que é falar bem, porque senão não daremos acesso a pessoas com deficiências físicas ou de fala, por exemplo. E é só com esse estranhamento inicial que poderemos falar de fato em inclusão”.

Jairo usa como exemplo a realidade na escola onde sua filha estuda, em que a sua realidade de pessoa com deficiência é pauta de algumas discussões sobre diversidade tratadas em aula. “É incrível. Quando chego na escola dela para algum evento com os pais, por exemplo, não há estranhamento algum com a minha condição. Até me emociono ao lembrar que a minha infância foi totalmente diferente disso. Nem no banheiro podia ir na época da escola,

porque não existia um espaço adaptado para mim”.

Questionado sobre o que surge quando esse estranhamento sai da frente, Jairo é taxativo:

“Possibilidades.”

Parece pouco, mas para um público que por muito tempo foi privado de tantas experiências básicas de acessos sociais, naturais e até amorosos, diz muito poder reivindicar e viver essas demandas.

Mais atenção e cuidado com a pauta

Por muitos anos, Jairo Marques dedicou boa parte de seu trabalho para cobrir necessidades básicas e denunciar o descaso da sociedade, em especial com os espaços públicos para pessoas com deficiência. Uma luta que ele afirma ter sido bastante solitária em muitos momentos, mas que recentemente começou a ganhar cor em novas vozes.

“Eu me sentia muito sozinho, mas hoje, felizmente, já existem outras plataformas e por isso me sinto menos pressionado a falar só do buraco da calçada ou da falta de rampa”, explica. “É claro que são pautas ainda essenciais, mas estou ficando velho, mais experiente, e quero pensar a realidade das pessoas com deficiência por outras perspectivas, outras possibilidades. Quero poder falar das questões mais íntimas, mais internas. Temos acesso ao sexo? A pessoa com deficiência tem acesso a relacionamentos saudáveis? Escolhemos os parceiros ou somos escolhidos? São discussões que estão batendo à porta e quero usar a minha energia para esses olhares. É importante isso, pois só assim conseguimos de fato ver as consequências dessa ‘alguma’ inclusão que está acontecendo”.

As realidades e demandas de pessoas com deficiência, porém, são muito amplas e têm



“Nem no banheiro podia ir na época da escola, porque não existia um espaço adaptado para mim”

particularidades que variam de inúmeras maneiras, de acordo com a condição de cada indivíduo, e por isso abrem um leque muito grande de aprendizado e possibilidades.

Vamos tomar como exemplo

as competições de natação nos últimos Jogos Paralímpicos de Verão, realizados no ano passado em Tóquio. Para cada estilo (livre, costas, borboleta e medley), distância (50, 100, 200 metros etc.) e gênero (masculino, feminino e

misto), a competição ainda previa a divisão dos atletas em até 13 categorias, de acordo com o grau de suas limitações. O resultado foi um grande esforço inclusivo e 146 competições diferentes realizadas.

Entender o debate sobre pessoas com deficiência e suas possibilidades é olhar para esse quadro complexo de variações e perceber que não há uma resposta simples e única para o todos.

“O que percebo é que as pessoas têm muita pressa para relatar determinadas coisas”, explica Jairo. “Elas não ouvem e de repente lançam mão do que acham que sabem e por isso podem escorregar. Você precisa ter a humildade de dizer que não compreende aquele universo e que gostaria de compreender mais. E se não conseguiu de uma



Patrícia dos Santos, Daniel Dias, Joana Neves e Talisson Glock no pódio do 4x100 livre 20 pontos, durante a Paralimpíada de Tóquio

maneira definitiva, mergulhe ainda mais, procure outros mares, pegue um escafandro e busque maneiras de estar de fato dentro daquela nova realidade”.

O próprio Jairo, mesmo com mais de duas décadas de cobertura de temas relacionados à inclusão, relembra de uma reportagem recente com pessoas com dificuldade de fala: *“Para mim, foi um desafio muito interessante, porque você precisa mudar o tempo. É uma dinâmica bem diferente, pois são pessoas que precisam de um outro tempo para pensar, para elaborar suas frases. Essa reportagem me transformou muito, porque tive que ouvir mais atentamente, com mais calma, e deixar de lado a minha ansiedade pelas próximas perguntas para dar o espaço que aquela pessoa precisava para falar”.*

“Vamos errar, é natural do nosso trabalho, mas gosto de lançar mão de uma expressão de um dos meus primeiros chefes – e que acho que muita gente já ouviu: diante de um entrevistado, você deve pedir para ele fazer de conta que você é uma criança de

cinco anos, pois precisa entender profundamente as questões. Essa é uma dica preciosa, pois você precisa ouvir as demandas e informações de maneira bem atenta, e ter a humildade de entender que não sabe tudo sobre aquele universo”, conclui.



Confira a íntegra da entrevista com Jairo Marques no [YouTube](#), e em podcast, em [Spotify](#), [Orelo](#), [Google Podcasts](#) e [Amazon Music](#).



Pessoas que fazem a diferença

Atualmente, existem mais de **4 mil tipos diferentes de minerais** no planeta Terra. Cada mineral tem sua composição, seu valor e sua utilidade. E mesmo com todas as diferenças, juntos, eles formam a crosta terrestre. **A Anglo American acredita no valor da diversidade e investe no bem-estar de todos os seus profissionais** para que floresça em cada um o que há de melhor.

Para isso, apresenta a **promoção de um ambiente no qual todos são valorizados e respeitados pelo que são**, com oportunidades de realizar o seu potencial pleno, tanto pessoal quanto profissionalmente. Para o cumprimento de tal objetivo, são planejadas e executadas práticas equitativas nos locais de trabalho. Isso inclui programas de inclusão e diversidade e de combate à violência doméstica, definição de um código de conduta, além da política contra bullying, assédio e retaliação.

Metas claras

Trabalhamos guiados por metas que nos orientam a viabilizar um ambiente cada vez mais diverso e inclusivo. Alguns exemplos:

- Até 2027, **40% de mulheres em posição de alta liderança globalmente**.
- Até o fim de 2022, ampliar para **mais de 5% a inclusão de pessoas com deficiência**.

Participação coletiva

Todas as decisões em prol da inclusão e da diversidade são coletivas. Nada menos que **210 empregados**, entre administrativos, operacionais e líderes, formam a linha de frente dessa mudança cultural da empresa. Parte deste importante trabalho é realizado

por meio de grupos de afinidade, que se organizam nas seguintes temáticas: **WoMine**, voltado às questões de gênero, com foco nas mulheres; **Raça e Etnia**, ligado à elaboração de propostas que beneficiem a inclusão de diferentes etnias na empresa; **LGBTQIA+**, para pautas relacionadas a pessoas com qualquer orientação sexual; e **PCD**, ligado à inclusão de pessoas com deficiência. Em breve, também será implantado o grupo **Geração**, que foca na diversidade de grupos etários.

Várias ações já foram concretizadas por intermédio desses grupos, como a **estruturação de salas de amamentação** nas operações, o desenvolvimento de **uniformes inclusivos**, a **extensão da licença-maternidade**, o **censo e a pesquisa de percepção da diversidade e inclusão**, entre outras conquistas.

Saúde emocional

A Anglo American conta ainda com uma área de Saúde Emocional, encarregada de **estruturar e viabilizar ações para um ambiente seguro no trabalho**. Este setor é responsável pelo atendimento psicossocial dos empregados.

Espaço para sermos quem somos

Realizado anualmente, o **Everyone Week** é um evento que promove palestras, rodas de conversa, feira cultural, estandes, entre outras atividades, com o objetivo de **valorizar as diferenças e perpetuar a política de inclusão e diversidade** da Anglo American. A semana é aberta a todos os empregados, o que reforça que a promoção de um ambiente de trabalho inclusivo é parte indissociável da estratégia da empresa.



Acesse mais informações sobre a Anglo American pelo site www.angloamerican.com.br ou pelo QR Code acima.

Negritude, com Luciana Barreto

Em busca de novas narrativas

O [Perfil Racial da Imprensa Brasileira](#), estudo publicado em novembro do ano passado por [Jornalistas&Cia](#), apontou que apenas 20% dos jornalistas brasileiros são negros. O número mostra uma clara discrepância com a realidade do País, cuja população negra é de 56,20%, segundo projeções da PNAD/IBGE 2019.

Os fatores que levam a essa sub-representação no jornalismo – em especial o racismo estrutural brasileiro, que invariavelmente coloca pessoas negras em situações desfavoráveis para ascensão social – foram temas constantes da conversa com **Luciana Barreto**, âncora do *Visão*



CNN, programa vespertino diário da CNN Brasil.

Por ser mulher negra e da periferia que construiu a carreira no meio televisivo, a conversa, os exemplos e as possíveis soluções fluíram mais naturalmente por vias que retratam uma realidade similar à da nossa convidada, mas que, a grosso modo, também podem ser transportados para outras lutas por mais diversidade nas redações. Uma conversa ímpar, com uma profissional muito ciente do seu papel como exemplo para futuras gerações, mas, que acima de tudo, sabe de que nada adianta a luta se não houver espaço para as alegrias de ser quem ela é.



Quem é Luciana Barreto?

Eleita uma das 100 pessoas negras mais influentes do mundo em 2021, **Luciana Barreto** nasceu em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, em uma família tão humilde quanto engajada em questões sociais. Engana-se, porém, quem acredita que sua história de superação, assim como de tantas outras pessoas negras, que tiveram que “ralar” muito para se tornarem referências no Brasil, seja motivo de exaltação para ela.

“*Veza por outra as pessoas querem contar a minha história*”, explica. “*A história da filha de um motorista de ônibus, que veio da periferia e que hoje é âncora da CNN. Eu não quero contar*

a minha história como se fosse heroica, porque na verdade ela é de muita renúncia. Acho que não devemos reforçar a farsa da meritocracia, devemos cobrar políticas públicas para que haja, de verdade, condições dignas de evolução e trabalho para os brasileiros”.

Ainda assim, não é possível entender a trajetória profissional de Luciana sem conhecer sua origem. Desde sempre, ela pautou sua carreira com base em um jornalismo engajado e humanista, para mudar os olhares da mídia tradicional, que com frequência ignora as lutas e dores das periferias das grandes cidades. “*Com o passar do tempo, durante minha juventude, fui entendendo que o jornalismo*



tinha esse viés elitista, classista, e que talvez não fôssemos notícia se não entrássemos lá para falar”, relembra.

Formada em Jornalismo pela PUC-RJ, e com mestrado em Relações Étnico-Raciais, Luciana começou a carreira como repórter

e apresentadora do Canal GNT. Depois de uma rápida passagem pelas rádios e tevês Bandeirantes e BandNews, foi contratada pela EBC, onde permaneceu por 14 anos e chegou a editora executiva. Deixou a estatal em 2019, mesmo ano em que foi convidada a

integrar a equipe de jornalistas que faria parte, no ano seguinte, do lançamento da CNN Brasil.

Na nova emissora, logo ganhou destaque e se tornou um dos principais nomes da casa. Com muita simplicidade e carisma, ela leva diariamente ao *Visão CNN*, programa do qual é âncora, posições incisivas, certas e questionadoras, principalmente quando os temas afetam diretamente os grupos minorizados.

Hoje, no auge da carreira profissional (ou a caminho dele), divide seu tempo entre São Paulo, onde mora durante a semana, e o Rio de Janeiro, quando aproveita o tempo livre nos fins de semana para curtir a filha, o namorado e, claro, um bom samba, da qual não abre mão.

Entre seus próximos projetos,



walk4
GOOD

COMM & SOCIAL IMPACT

Grupo IC

Há 5 anos, somos uma consultoria de sustentabilidade e impacto social com olhar de comunicação.

O que fazemos:

- diagnósticos ESG
- planos de ação
- integração dos aspectos ESG no planejamento estratégico
- relatórios anuais com informações ESG
- treinamentos e palestras

Agende uma conversa com nossas especialistas.
contato@walk4good.net



Vanessa Ramalho



Regiane Abreu



Gláucia Terreo

pretende transformar sua tese de mestrado em livro. Na obra, abordará o impacto do discurso de ódio nas redes sociais. *“Minha ideia foi construir uma espécie de mecanismo para que pessoas que tenham que lidar com esse problema, quando chegam em posição de poder, saibam como agir e o que desejam aqueles odiadores”*, explica.

Vítimas do classismo e racismo estrutural no jornalismo

Uma das principais lutas de Luciana Barreto no jornalismo é incentivar a inclusão de novos olhares nas narrativas, em especial quando são temas relacionados às populações periféricas e minorizadas.

Para ela, o jornalismo, assim como a sociedade, ainda são vítimas de problemas antigos, como o classismo, o elitismo e o racismo estrutural inerente aos tomadores de decisão. São questões que influenciam diretamente a pluralidade (ou a falta dela) em relação aos conteúdos transmitidos pelas mídias tradicionais, e que ainda são responsáveis pelo maior impacto de informações a que o público tem acesso.

“Se tem um acontecimento no Rio de Janeiro, o jornalista detalha até a esquina da ‘rua tal com a rua tal’, no bairro de Copacabana. Mas se é na Baixada Fluminense, ele fala que aconteceu na Baixada Fluminense, que são 13 municípios. Ou então, se acontece um atentado terrorista com cinco mortes no Hemisfério Norte, essa notícia vai reverberar

durante horas. Já um atentado com 250 mortos na Nigéria, Moçambique, ou qualquer país da África, não conseguimos dar 30 segundos. Essas escolhas estão impregnadas de um leque de problemas que carregamos nas nossas redações, como o classismo e o racismo estrutural”.

Para ela, essa visão, muitas vezes, acontece inclusive de maneira inconsciente, fruto da percepção e trajetória de vida de cada profissional: *“Quando você tem uma redação formada majoritariamente por homens brancos, com a mesma origem social, é muito provável que a percepção do que é notícia seja muito semelhante. Por mais que eles tentem uma neutralidade, não vão conseguir ser imparciais, porque provavelmente trarão todo esse olhar viciado para a notícia”*.

Uma das principais dificuldades para mudar essa realidade, ela acredita, está na base, em especial nas condições precárias despendidas para formar cidadãos diversos. Problemas como os altos índices de evasão escolar e de interrupção de aulas em comunidades carentes, em que alunos chegam a perder um mês de estudos por ano por causa de operações policiais

que resultam em troca de tiros e fechamento temporário das escolas, são alguns desses motivos.

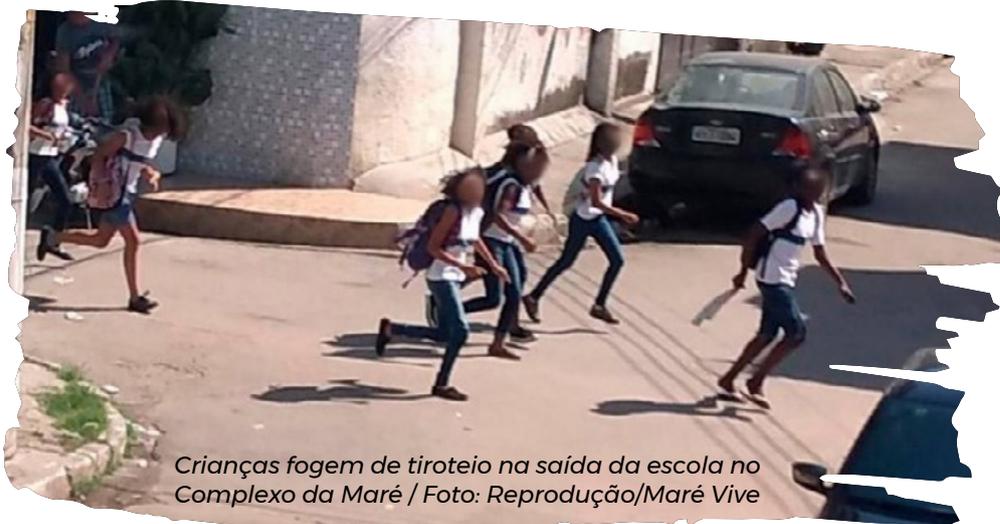
“Onde está essa população, que poderia contribuir com esse olhar mais diverso dentro das redações? É essa população aí. Um ou outro vai conseguir furar a bolha, não à custa de esforço, mas sim de muita renúncia pessoal”.

Além de descaso das autoridades, ela defende que há

falta de interesse em mudar essa situação. *“Não podemos fechar os olhos para o fato de que essa resistência existe porque ainda é lucrativa para uma pequena parcela da população que se agarrou ao poder, ao privilégio. São pessoas que se acostumaram a estar em alguns espaços e não desejam dividir isso. É uma questão de territorialidade mesmo. Não é à toa que a nossa política não é nada representativa em relação à população brasileira. Em geral são sempre grandes famílias que estão aí, passando o poder de pai para filho”*, acrescenta.

Meritocracia ou renúncia?

Seja no jornalismo, na literatura ou no cinema, histórias de superação cativam e atraem a atenção do público. Os motivos podem variar desde a



Crianças fogem de tiroteio na saída da escola no Complexo da Maré / Foto: Reprodução/Maré Vive

identificação do espectador com os personagens até o desejo e satisfação de ver alguém conquistar um sonho. O problema é que histórias como essas muitas vezes falham ao não irem mais a fundo na origem do problema.

A falta de políticas públicas capazes de dar um mínimo de condição de vida para populações carentes faz da luta por uma vida melhor uma batalha injusta e desigual. *“Isso não tem nada a ver com meritocracia, especialmente em um país como o Brasil, mas sim de conquista a base de muita renúncia pessoal. São histórias que levam as pessoas a adoecerem, física e mentalmente”*, contrapõe Luciana.

Para ela, é um erro incentivar esse tipo de história na mídia sem frisar a negligência dos governos, que são incapazes de oferecer condições para que populações carentes e minorizadas não

precisem enfrentar desafios desiguais: *“Não é bonito que alguém tenha enfrentado toda sorte de dificuldades para chegar em determinado lugar. Essa pessoa muito provavelmente chegará esgotada ao atingir seu objetivo. Essa pessoa vai acabar adoecendo ou se matando ali. Isso é uma vergonha para este país, isso é uma vergonha para o Brasil”*.

“Precisamos parar um pouco com a história da dor para dar lugar à da alegria. Não significa fechar os olhos para o que está errado, mas mostrar que as pessoas negras também são felizes e merecem isso. Nos Estados Unidos, por exemplo, apesar de todo o problema que eles também vivem com desigualdade e racismo, é possível ver na tevê histórias de pessoas negras bem-sucedidas, que conseguiram se distanciar

da dor. É importante naturalizar isso também, para mostrar que existe uma possibilidade de uma história da felicidade. Que ela também pertence a nós, e que também podemos ter uma família feliz, sem ausências. Que podemos vibrar e fazer planos para os nossos filhos. Também precisamos desses exemplos, porque quando estamos o tempo inteiro imersos na dor fica muito difícil”.

Mas, para ela, essa ainda é uma barreira muito difícil de traspasar, principalmente no jornalismo. *“Sabemos que a comunicação é uma profissão de muito poder, e as pessoas querem continuar contando e exaltando histórias de dor. Só que cabe a nós, que passamos por isso, alertar que não queremos continuar contando esse mesmo enredo. Nossa função é constranger, e mostrar que não podemos*

continuar retratando as mesmas histórias”.

Ao falar de constrangimento, Luciana usa como exemplo um posicionamento da jornalista, atriz, cantora, escritora e poetisa **Elisa Lucinda**, que defende a ideia como forma de conscientização sobre privilégios e renúncias.

“Não tem nada a ver

com brigar um com o outro”, explica Luciana. *“Só precisamos mostrar como nossa história foi construída e fazer com que as pessoas pensem sobre um aspecto que talvez nunca tenham pensado. Um exemplo simples que sempre costumo usar, é quando chego para as equipes de maquiagem e*

pergunto se têm bases para pele escura, porque meu convidado, por exemplo, é preto. Geralmente fica aquele clima, porque elas têm dezenas de bases para todo tom de pele, mas raramente para pessoas negras. Isso quando não botam um pó mais claro e a pessoa vai cinza pro ar, né...? Não tem um difusor, por exemplo, pra secar um cabelo crespo, não tem alguém que saiba ajeitar um cabelo crespo”.

“Isso é resultado do racismo estrutural, que faz com que não esperem que um âncora ou convidado possa ser uma pessoa negra. Se acostumaram que os brancos falam o tempo inteiro, os convidados são brancos, os entrevistados são brancos, os âncoras são brancos. Por isso eu gosto de citar a Elisa Lucinda, porque se uma pessoa branca não se constranger com situações como essa nada mais vai fazê-la mudar”.



Elisa Lucinda

O poder do exemplo

A participação de mulheres negras no telejornalismo brasileiro por muitos anos esteve restrita a uns poucos nomes, principalmente em rede nacional. E se não fossem as presenças de desbravadoras como **Glória Maria**,

Dulcinéia Novaes e Zileide Silva esse cenário hoje talvez fosse ainda mais desanimador. “São *mulheres negras que estavam na tevê na época em que eu era adolescente, e que já passavam a imagem de que é possível*”, relembra Luciana.

Mais do que levar um novo olhar sobre a realidade brasileira,

elas serviram de inspiração e abriram espaço para outras profissionais que hoje estão em alta no telejornalismo nacional, como a própria Luciana, mas também como **Joyce Ribeiro, Aline Midlej, Lilian Ribeiro, Flávia Oliveira e Maju Coutinho**, que, por sua vez, abrirão caminho para outras. “*Acredito que nós, que estamos nessa luta agora, somos continuidade disso, de*



Criticado por escalar apenas profissionais brancos para discutir racismo no caso George Floyd, o jornal Em Pauta, da GloboNews, voltou no dia seguinte com um time formado exclusivamente por negros. Participaram: Maju Coutinho, Aline Midlej, Flávia Oliveira, Lilian Ribeiro, Zileide Silva e Heraldo Pereira

um movimento que continua avançando. É a possibilidade do sonhar para as próximas garotas negras”.

E essa evolução não passa apenas pela presença dessas mulheres em posição de destaque, mas também pela normalização referente às suas histórias, aparências, crenças e ancestralidades. “*É um caminho que abriu e que acho que não volta mais. Era um espaço de privilégio para poucos, que agora estamos conquistando.*

Com isso, tornamos possível também falar mais sobre nós, trazer a nossa ancestralidade, sendo quem somos, com os nossos cabelos crespos. Podemos misturar um pouco da nossa africanidade, que por tanto tempo tentaram desqualificar, com a eurocentricidade que sempre imperou”.

Mas apesar dessa perceptível evolução, o caminho ainda é longo. Não raros são os casos em que o desencorajamento à presença de profissionais negras

na televisão é percebido. Essas barreiras, em geral, são mais perceptíveis, principalmente para profissionais em início de carreira. “*O fato de um professor, numa universidade, dizer que você não é adequado por causa do seu cabelo ainda é uma estratégia que faz parte desse racismo estrutural, mas que vai o tempo inteiro levantando barreiras para pessoas chegarem a determinados locais, especialmente os locais de poder*”, ressalta Luciana.



“Eu já recebi um relato de uma estudante de uma faculdade da Região Nordeste, não lembro agora qual estado, em que ela me descrevia, indignada, que a professora disse que uma âncora jamais poderia ter um cabelo black power. Na hora ela questionou: ‘Como assim, você não conhece a Luciana Barreto?’. E isso ainda acontece porque a gente aprende na faculdade que um âncora precisa ter uma aparência discreta, mas para muita gente nossa aparência não é nem um pouco discreta, ou, como alguns gostam de suavizar, dizem que é exótica ou qualquer coisa parecida com isso”.

São barreiras e restrições ainda muito presentes na nossa sociedade, mas as mensagens e os recados estão cada vez mais sendo dados, basta querer enxergar e aprender.

“Eles já tinham uma apresentadora negra”

Mas à medida que pessoas negras ganham mais espaço em lugares de destaque, como a bancada de um importante telejornal, elas também se deparam com uma praga ainda fora de controle na sociedade atual: o discurso de ódio nas redes sociais.

“Sinto que desde que virei âncora, e conforme fui conseguindo mais visibilidade e mostrando competência no meu trabalho, também foi avançando o discurso de ódio. Ter uma mulher negra num espaço de poder ainda é um incômodo muito grande para parte da população brasileira. Essa pessoa se sente ameaçada de você estar ali, de ocupar esse espaço.”

É como se a sociedade dissesse que esse é um espaço que não deveria te pertencer, um espaço que tem um dono”

Para ela, esse é um problema que por muitos anos atingiu as mulheres em geral, mas que, hoje, devido à grande participação feminina no jornalismo, os casos são mais raros. *“Agora, com mulheres negras, é como se dissessem que aí já é demais”.*

E mesmo a inclusão de profissionais negros em posições de destaque no jornalismo, segundo ela, ainda está sendo feita de maneira contida em muitas redações, quase como se fosse uma resposta a uma demanda da sociedade pela diversidade.

“Esse exemplo claro de [tokenismo](#) ainda está muito vivo em muitas redações. É como se as empresas escolhessem um ou outro representante para dar

a resposta de diversidade que parte da sociedade busca”.

E qual a solução? Não participar? Para Luciana, é importante que mesmo esses poucos espaços sejam ocupados, para que a transformação possa acontecer de dentro para fora. *“A gente entende que faz parte de um jogo, um grande teatro onde cada um sabe qual é o seu lugar nessa peça, mas você não consegue trabalhar para mudar isso se não estiver nessa engrenagem. Com certeza quero ter mais gente como eu, porque essa é a minha luta, mas só vamos conseguir algum avanço se for de forma coletiva. Individualmente, não vamos conseguir nada, ponto final”.*

Essa necessidade de transformação fica ainda mais clara em um artigo publicado por Luciana no livro [Tempestade Perfeita: 7 visões sobre a crise do](#)

**SETE VISÕES //
DA CRISE //
DO JORNALISMO //
PROFISSIONAL //**

**TEMPESTADE
PERFEITA //**

APRESENTAÇÃO ROBERTO FEITH //

**CAIO TÚLIO COSTA //
CRISTINA TARDAGUILA //
LUCIANA BARRETO //
HELENA CELESTINO //
MARINA AMARAL //
MERVAL PEREIRA //
PEDRO BIAL //**

jornalismo profissional, lançado em junho do ano passado. Ela abre o texto lembrando a história real de uma apresentadora negra que “bateu na porta” de uma emissora à procura de uma oportunidade e ouviu como resposta que “eles já tinham uma apresentadora negra”.

“E isso foi muito recente. É incrível que a pessoa não tenha nem ficado constrangida. Por isso resalto que faço parte dessa engrenagem, que é geral e não de uma empresa específica. É uma engrenagem do mundo e eu faço parte me utilizando dela para denunciar isso, e tudo o que acredito que não é correto. Por isso gosto tanto de citar a Elisa, porque o primeiro passo é causar esse constrangimento. É quando você sacode a pessoa e fala: acorda!”

misturado, e, além disso, volto a bater na tecla de que temos um problema muito grave, talvez o maior deles, que é o racismo estrutural”.

Para ela, esse racismo estrutural faz com que a luta brasileira seja também mais intensa, pois ela encontra barreiras no medo dos atuais líderes de perderem seus privilégios. *“Esse é o nosso desafio. Porque quando conseguimos trazer essa diversidade e subir na hierarquia da empresa, é um movimento muito grande. Muitas pesquisas mostram que as empresas conseguem aumentar os seus lucros com essa diversidade,*

Diversidade também nos altos escalões

Por ser uma profissional que construiu toda a carreira em televisão, é natural que Luciana traga com mais frequência os exemplos das dificuldades e conquistas de pessoas negras no meio televisivo, mas ela alerta também para a importância de que a diversidade esteja acessível a lugares de poder em todas as redações e empresas.

“Sabemos que a pauta de inclusão é atual, moderna. Todo mundo fala em ESG, muito lindo, mas desde que não chegue aos grandes cargos, aos com maior remuneração, maior poder.

Essa pauta vai ficando cada vez mais rara conforme se sobe na hierarquia da empresa. Em todas empresas em que estou, instigo sempre essa pauta”, alerta

Em comparação a outros países, ela acredita que o Brasil, além de mais atrasado nessa pauta, enfrenta outras dificuldades específicas: *“A pauta de ESG já é muito mais avançada em países da Europa e nos Estados Unidos. Recentemente viajei para os Estados Unidos e para a Noruega e pude ver como as empresas lá estão tratando a questão da inclusão, e eles estão muito à frente de nós. Temos desafios específicos. Primeiro, porque aqui é tudo muito*

mas às vezes parece que nem o lucro anima quando falamos em inclusão e diversidade. É

como dizia Martin Luther King: ‘Ninguém abre mão do seu privilégio sem luta’”.



Confira a íntegra da entrevista com Luciana Barreto no [YouTube](#) e nos principais tocadores de podcast: [Spotify](#), [Orelo](#), [Google Podcasts](#) e [Amazon Music](#).

ESTAREMOS ONDE O(A) CLIENTE ESTIVER.
No GPA, acreditamos no poder da transformação.



Territórios, com *Nayara Felizardo*

Um país muito diverso, mas pouco inclusivo



O Brasil é um país diverso. Fato! Sua história, desde a chegada dos portugueses, é marcada por grandes e intensos movimentos migratórios, seja de estrangeiros que chegaram fugindo de guerras ou sequestrados para uma vida de escravidão, ou de seu próprio povo, em deslocamentos internos em busca de oportunidades e melhores condições de vida em outras regiões.

Isso faz de nós uma nação inclusiva?

Longe disso...

Um indicativo claro são os tratamentos dados, na mídia ou pela própria população, aos imigrantes que chegaram por

cada um. Mas quando trazemos para a discussão da inclusão e oportunidade, o racismo estrutural brasileiro novamente dá as caras de maneira diferente, de acordo com a origem de cada pessoa.

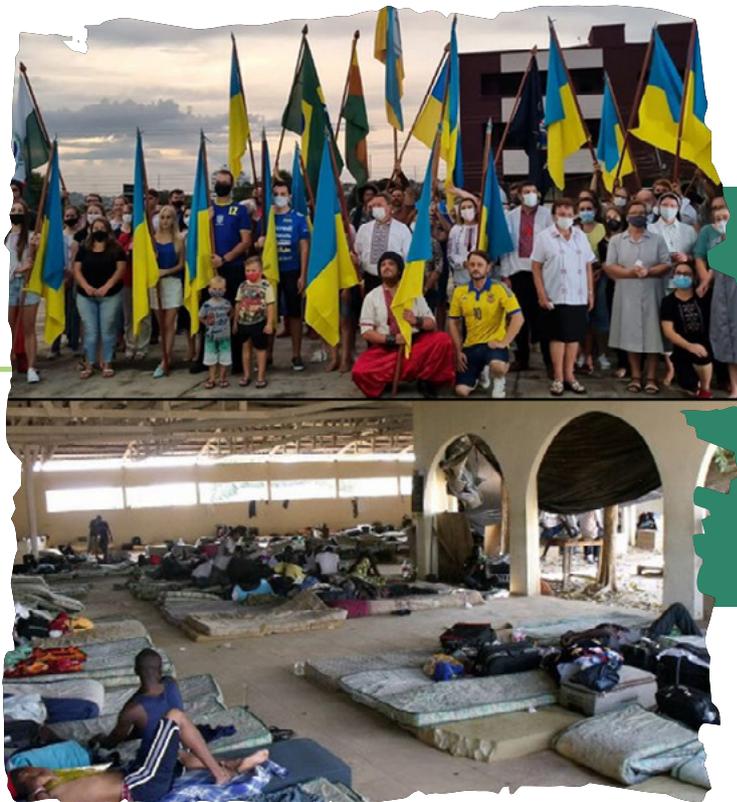
Até mesmo a discussão sobre inclusão de pessoas originárias de territórios fora do chamado “Eixo Rio-São Paulo” ainda é muito incipiente. No jornalismo, há uma grande barreira que invariavelmente acaba ignorando essas populações e que dá tratamento diferenciado para as pautas e para os próprios profissionais, dependendo de sua origem.

A falta de representatividade, as visões estereotipadas e a dificuldade do jornalismo em acompanhar com a devida atenção as demandas

aqui recentemente, entre eles venezuelanos, haitianos, sírios e ucranianos. E até mesmo nas movimentações internas. Como está a população do Nordeste que migrou para os grandes centros sudestinos atrás de oportunidades em comparação aos que deixaram

as regiões Sul e Sudeste em busca das terras pouco habitadas do Centro-Oeste e Norte?

É claro que a matemática não é tão simples. Outros fatores também influenciam uma possibilidade maior de sucesso, de acordo com a realidade de



Recepção calorosa para imigrantes ucranianos no Paraná (acima) e abandono aos haitianos no Acre

e necessidades de regiões invisibilizadas foram alguns dos assuntos discutidos no episódio do *Subjetividades sobre Territórios*, que contou com as presenças de **Nayara Felizardo**, repórter do The Intercept Brasil para as regiões Norte e Nordeste, e de **Anna França**, estagiária de *Jornalista&Cia* e Portal dos

Jornalistas, baseada em Juazeiro, na Bahia.

“Dentro das discussões sobre inclusão, quase ninguém ainda está falando sobre diversidade regional”, contesta Nayara. “E isso contribui diretamente para que nós não tenhamos uma população de fato informada sobre o que acontece no Brasil”.

Quem é Nayara Felizardo?

Cearense de nascença, pernambucana de pai e mãe e piauiense de formação, Nayara Felizardo é um exemplo claro da grandiosidade e da pluralidade do Nordeste brasileiro, mas que muitas vezes são ignoradas em um contexto nacional.

“Nordestina com orgulho, jornalista por teimosia”, como ela mesma gosta de enfatizar, sua história não pode ser explicada como a de alguém que veio de um grande bloco homogêneo, e que tantas vezes sofre com estereótipos preconceituosos. Ela é a soma de diversas realidades, histórias e culturas, mas ainda assim tem a humildade para entender e deixar claro que sua vivência é resultado de só um pedaço de uma região que representa um terço de todos estados brasileiros.

Começou no jornalismo

em Teresina, onde se formou pela Uespi (Universidade Estadual do Piauí). Atuou por dez anos em publicações locais e se destacou por produzir um jornalismo investigativo de resultado, denunciando mandos e desmandos de políticos e autoridades e seu impacto negativo para a população. Por lá, também foi uma das



cofundadoras da Cajueira, *newsletter* criada para valorizar conteúdos de jornalismo independente produzidos nos nove estados do Nordeste.

Foi contratada em 2018 como repórter investigativa no The Intercept Brasil para as regiões Norte e Nordeste. Desde então, curiosamente, passou a morar em Campinas (SP) por uma simples questão logística: por precisar acompanhar o que acontece em uma área tão grande, que soma 16 estados (sete do Norte e nove do Nordeste), a oferta de voos para toda essa região é muito maior daquela cidade do interior paulista, apesar da distância. Coisas de Brasil...

Entre seus sonhos, pretende no futuro investir em projetos investigativos que possam virar um documentário ou um filme. *“Acho que é uma coisa que eu talvez vá me arriscar daqui há alguns anos”,* explica.

“A quem interessa se deu praia no Rio ou a agenda do governador de São Paulo?”

Mais do que uma pergunta, essa provocação feita por Nayara mostra como algumas notícias locais são frequentemente veiculadas em rede para todo o Brasil como se fossem de interesse nacional. Provavelmente alguém que vive em um destes dois estados nem percebe essa relação, mas é algo recorrente e serve como um termômetro de como o *agenda-setting* do jornalismo privilegia os grandes centros, mesmo que a relevância de um conteúdo seja hiperlocal.

“Não é porque algo acontece em São Paulo que

necessariamente terá interesse ou impacto nacional, assim como não é porque alguma coisa acontece no interior do Maranhão que ela não mereça uma cobertura ampliada para todo o Brasil. Para uma pauta ser nacional, ela precisa antes de tudo ter um interesse público”, afirma.

Parece uma simples cobrança, mas é um alerta necessário para que a chamada “imprensa nacional” não dê as costas para muitos problemas graves que acontecem fora dos grandes centros sudestinos, como por exemplo o afundamento de bairros inteiros em Maceió, a crise humanitária dos imigrantes venezuelanos em Pacaraima, ou a pesca ilegal de pirarucu em terras indígenas do Vale do Javari. Esta última situação, aliás, só virou notícia nacional com ampla

cobertura da mídia, quando envolveu a morte de Dom Phillips, um jornalista britânico, e do indigenista Bruno Pereira.

“Eu costumo brincar que para uma notícia do Nordeste virar nacional a desgraça precisa ser muito grande. E quando isso acontece geralmente eles mandam um jornalista do Sudeste, que muitas vezes não está familiarizado com a região e o contexto local, para fazer a cobertura, quando o ideal seria pelo menos contratar alguém no local, nem que seja como frila”.

Ela usa o próprio exemplo ao cobrir a Região Norte, com a qual tem menos familiaridade.

“Eu cubro o Norte e isso, de certa forma, até me incomoda. Não pelo tipo de pauta, mas pela ideia de que se você é nordestina, entende de Nordeste e Norte. É como se fosse tudo ali, pertinho,

no seu quintal. Talvez a única identificação é que se o Nordeste é estigmatizado e invisibilizado, imagina o Norte”.

Sempre que tem uma pauta nessa região, Nayara procura antes conversar com jornalistas locais, inicialmente para ver se alguém já está acompanhando para, neste caso, fazer a ponte com os editores para que ele mesmo possa cuidar da pauta como *freelance*. Mas não raros são os casos em que, por questões políticas, eles são impedidos de publicar denúncias em seus veículos. Assim, acabam servindo muitas vezes como fonte para a própria reportagem dela.

“Sei muito pouco sobre o Norte e sobre a Amazônia, por isso preciso estudar bastante antes para entender o contexto, e nesse sentido, a ajuda de jornalistas locais é imprescindível. Para mim, é muito importante

essa relação, até para evitar repetir estereótipos, algo que ainda acontece muito no jornalismo, e respeitar o contexto local”.

Por isso ela entende que é tão importante os veículos investirem na contratação de profissionais locais como correspondentes: “Muitas vezes, os veículos se blindam dizendo que têm frilas, só que, dependendo do lugar, isso não é suficiente e você pode inclusive estar colocando um profissional em risco, porque um frila não tem direitos trabalhistas e nenhuma segurança em seu trabalho”.

Perpetuadores de estereótipos

O canal de comédia Porta dos Fundos lançou em 2021 uma [esquete que simulava o primeiro dia de um paulista](#), interpretado

por Gregório Duvivier, em uma empresa de Recife. No vídeo, os novos colegas de trabalho, interpretados por Ademara Barros e João Pimenta, faziam “elogios” estereotipados do que gostavam no “povo sudestino”, em uma clara referência a forma como geralmente as pessoas das regiões Sul e Sudeste se referem de maneira simplória ao Nordeste e seu povo:

“Mas tu tá aí comendo seu pãozinho de queijo com chimarrão?”

“Esse sotaque é muito fofo”

“A gente adora o sudestino.

A música sudestina. A literatura sudestina. E a comida sudestina?”

“Desceu ali do Espírito Santo, é tudo um grande Sudeste.

Um monte de gente branca comedora de pinhão”

O vídeo logo viralizou e até hoje já foi visto por mais de dois milhões de pessoas.

Essa “reparação histórica”, à base da comédia, mostra claramente como os estereótipos são alimentados e mantidos por tanto tempo, mesmo quando o intuito não é o de ofender. No caso da esquete, eles foram retratados de uma maneira cômica, mas estão presentes no dia a dia, seja na relação direta com pessoas originárias dessa região ou na

forma como são retratadas em novelas, campanhas publicitárias, reportagens etc.

“O Durval Muniz, que foi uma inspiração para a criação da *Cajueira*, explica que os estereótipos, para se manterem, não podem ser apenas ruins, porque senão o próprio grupo que é alvo vai recusar. Para existir e para se manter, o estereótipo

tem que ser defendido inclusive pelo próprio grupo do qual é alvo”.

Mas se alguns desses estereótipos são bem-vistos por parte da população que retratam, qual o problema em repeti-los?

Para Nayara, eles podem até ser motivo de orgulho para algumas pessoas, mas nem por isso retratam a realidade de uma região: “Muita gente gosta de taxar o nordestino como forte, batalhador, que aguenta todas as adversidades, que é arretado. Parece até ser um bom estereótipo; afinal, quem não quer ser forte? Quem não quer ser essa rocha? Ser forte como o cacto do sertão, que aguenta seca? Mas tudo isso não passa de um grande estereótipo, porque não somos todos necessariamente fortes, e tudo bem não sermos, até porque não é justo que tenhamos que aguentar todas essas



adversidades. Estes estereótipos acabam reforçando a ideia de que tudo bem deixar a gente sofrer, porque aguentamos. E, a propósito, “arretado” é um termo que quase ninguém usa por lá. A gente só vê mesmo em novelas e na Regina Casé. Infelizmente, nesse sentido, o jornalismo ainda é um grande perpetuador de estereótipos”.

Além de retratar com mais fidelidade as características e particularidades de uma população e sua região, ao eliminarmos estereótipos também nos permitimos olhar com mais atenção para enxergar novas qualidades e possibilidades. Se por um lado o Nordeste, e seus nove estados, são berço de “pessoas fortes, batalhadoras e que aguentam todas as adversidades”, como lembrou Nayara, por outro, também é uma

região de oportunidades, pessoas criativas e muita inovação.

“Infelizmente, a mídia ainda não está acostumada a olhar com bons olhos para fontes que vêm do Nordeste”, lembra. “Um pesquisador da UFBA, por exemplo, para ser considerado em uma reportagem de um veículo nacional, precisa ter especialização, mestrado, doutorado, indicação... Agora, se for um pesquisados da USP, ele só precisa ser pesquisador da USP”.

Casos como este mostram que a diversidade não deve se limitar apenas a contratar profissionais e retratar a realidade de pessoas diversas, mas também considerar que elas podem e devem ser fontes de consulta nos temas em que são especialistas, e não apenas em reportagens sobre assuntos que afligem suas vidas.

“Infelizmente, ainda há um questionamento preconceituoso, como se esses profissionais não pudessem ser especialistas em algo só porque são do Nordeste”, complementa.

Sotaque neutro?

É estarrecedor como ainda percebemos que algumas mudanças parecem ser necessárias, especialmente em frente às câmeras, para que cada profissional com um perfil considerado diverso seja aceito com mais naturalidade no ambiente de trabalho. Se você é LGBTQIA+, precisa adequar o jeito que fala ou até como se veste e se apresenta; se você é uma pessoa com deficiência, precisa parecer o máximo possível com uma pessoa sem deficiência; se

é negro, seu cabelo precisa ser o mais discreto possível.

Essa limitação, ou código de conduta velado, também existe para profissionais de outras regiões e envolve essencialmente seus sotaques. Até aí, o estereótipo do “sotaque nordestino” está presente.

“Tem gente que acha que está fazendo um elogio quando diz que acha lindo o nosso ‘sotaque nordestino’. Primeiro, porque não existe um sotaque nordestino. Só no Ceará, das regiões que conheço, que são a capital, Fortaleza, e a região de onde sou, no Cariri, já são dois sotaques totalmente diferentes. Como também são diferentes de Teresina. O meu sotaque, por exemplo, já não é de lugar nenhum, porque mistura do Cariri, de onde sou, do Pernambuco, de onde meus pais são, com o de Teresina”, explica Nayara.

Estagiária deste Jornalistas&Cia, **Anna França**

França mora em Juazeiro, na Bahia. A cidade, à beira do Rio São Francisco, fica a uma ponte de distância da pernambucana Petrolina. Segundo ela, mesmo com essa proximidade, a diferença de sotaques e cultura das duas populações é facilmente perceptível.

“É triste ver nas aulas de telejornalismo alguns alunos fazendo um

esforço tremendo para mudar o jeito de falar”, resalta Anna. “Com isso, nossa identidade vai se perdendo, sendo roubada. E isso é muito cruel, porque quando aparece alguém em rede nacional com o nosso sotaque, ou pelo menos parecido com ele, sentimos uma certa afinidade. Mesmo que seja uma coisa mínima, é algo muito impactante, porque se aquela pessoa está ali, falando do seu jeito natural, sem nenhuma tentativa de ter sua identidade mudada, então sente que algum dia também vai conseguir chegar no mesmo lugar”.

“Sabe aquela coisa de estudante de jornalismo que tem o sonho de trabalhar na Globo, porque é a maior, é uma referência?”, questiona Nayara. “Eu não sei como está isso hoje, mas até há pouco tempo esse pessoal tinha que fazer trabalho com fonoaudiólogo para se encaixar



em um tal 'sotaque neutro'. Gente, assim como não existe jornalista neutro, não existe sotaque neutro! Paulista tem sotaque, carioca tem sotaque. O que muita gente ainda quer é que a gente se ajuste a um sotaque local para poder atender a um público nacional".

"Se um jornalista da Paraíba entra ao vivo do Jornal Nacional para cobrir um fato em Campina Grande, por exemplo, e ele não fala como as pessoas da Paraíba, como elas vão se identificar com aquela realidade, se enxergar naquela pauta? O Brasil é enorme, tão diverso... Por que não valorizar isso? Por que acha feio? Não faz o menor sentido. Não é à toa que as crianças hoje estão todas falando igual ao Felipe Neto. Não que seja feio o jeito dele falar, mas é triste ver uma criança lá de Cajazeiras falando igual a ele", complementa Nayara.

Jornalismo local também é jornalismo

Para ter acesso a melhores oportunidades de trabalho e reconhecimento, jornalistas com história de vida similares à de Nayara Felizardo acabam optando por buscar oportunidades em grandes veículos de cobertura nacional. Além de crescimento profissional, movimentos como esse permitem que também tenham mais oportunidade de levar para um público maior e diverso conteúdos relacionados às suas regiões de origem.

Mas aí surgem novos problemas:

"Muitas vezes não importa se você tem dez anos de carreira, acumulou promoções e prêmios. Quando aparece uma oportunidade em um veículo

nacional, o que já não é muito comum, somos tratados como se estivessemos começando. É como se o jornalismo local que fazíamos até então não fosse jornalismo", explica Nayara.

"Isso quando não exigem que a pessoa more em São Paulo, por exemplo, mesmo quando se pode desenvolver aquele trabalho remoto. Aí te oferecem um salário de quatro, cinco mil reais, como PJ. Como é que você vai sair de onde está, de perto da sua família, onde já tem uma estrutura, para vir morar em São Paulo, por esse valor? Não vem, e perde uma oportunidade de fazer carreira nacional".

Ainda assim, muitos profissionais acabam aceitando o desafio, e se deparam com outra barreira, que os leva de volta ao início de suas carreiras.

"Mesmo que as pessoas não te façam se sentir assim, e na maioria das vezes fazem,

te colocam numa posição de aprendiz, para começar sua carreira. É como se você não tivesse nada para ensinar. Só te resta aprender com os 'mestres do jornalismo', cuja única diferença em relação a você é o fato de terem nascido em São Paulo ou no Rio de Janeiro. Isso afeta a autoestima. Faz com que nos questionamos se de fato temos capacidade, mesmo com anos de experiência e bastante bagagem. Isso não é inclusão".

Ela acredita que a pandemia, por outro lado, tenha ajudado a diminuir as barreiras, principalmente na flexibilização das redações em relação ao local de trabalho: *"Aos poucos, os gestores estão percebendo que é possível fazer jornalismo de qualquer lugar. Não precisa estar em São Paulo para fazer jornalismo, a não ser que esse seja o foco da cobertura".*



O poder dos veículos independentes

Um novo movimento que vem ganhando força no jornalismo brasileiro, e abrindo espaço para quem não encontra oportunidade nas redações tradicionais, é o surgimento em grande número de veículos nativos digitais independentes.

Além de incentivarem redações plurais e diversas, esses veículos também são mais propensos a abordar assuntos que nem sempre recebem a devida atenção na grande imprensa. Dentre os novos modelos, Nayara destaca as produções em podcast e como elas democratizaram o acesso a conteúdos diversos: *"Eu adoro podcast porque é uma plataforma que ajuda muito a garantir a diversidade e entender diferentes contextos, de maneira*

independente, e que muitas vezes não estão acessíveis”.

Dentre seus programas favoritos, destaca o semanal As Cunhãs, sobre política cearense apresentado por **Inês Aparecida, Hébely Rebouças e Kamila Fernandes**. “Para mim, deveria ter um podcast como As Cunhãs em cada estado”, defende. “Ele ajuda a entender o contexto político regional e seu impacto para o Brasil, e não fica naquela cobertura padrão nacional, que só aborda por que o Dória desistiu da candidatura dele a presidente ou a disputa em São Paulo. Quando digo que o ideal era que cada veículo nacional tivesse pelo menos um correspondente em cada estado, sei que não vai acontecer. Seja por falta de interesse ou de recurso. Com isso, quem está fazendo esse trabalho são os veículos independentes”.

Nesse contexto, a própria Cajueira, da qual Nayara é uma das fundadoras, tem cumprido um papel importante na democratização de conteúdos regionais com foco no Nordeste, além de diminuir os problemas dos desertos de notícias na Região. “Chegamos a lugares que não tinham nenhum tipo de

imprensa e onde as pessoas não tinham sequer como receber conteúdo local”.

Mas mesmo esse movimento, infelizmente, esbarra na falta de investimentos. “Precisamos cobrar para que os projetos de financiamento não fiquem apenas nos veículos de sempre. É importante que as iniciativas locais também tenham acesso a esses fundos para se manterem ativas. Existem muitas, e de muita qualidade, mas a galera está se lascando, fazendo jornalismo de graça, sem ganhar um real. Ninguém é jornalista para fazer caridade, é a nossa profissão. Perdemos tempo demais querendo entrar na



‘panelinha’ alheia. O segredo talvez seja criar nossa própria ‘panelinha para brigar por acesso aos financiamentos’, brinca.



Confira a íntegra da entrevista com Nayara Felizardo no [YouTube](#) e nos principais tocadores de podcast: [Spotify](#), [Orelô](#), [Google Podcasts](#) e [Amazon Music](#).

Na PMB, acreditamos que a diversidade de ideias e a inclusão de diferentes pontos de vista são elementos essenciais para impulsionar a transformação da sociedade.



PHILIP MORRIS BRASIL

 @philipmorrisbrasil



CONHEÇA OS PODCASTS DA RÁDIO GUARDA-CHUVA

Finitude.

PÕE
NA
ESTANTE



ESCAFANDRO

#diversifica

por um jornalismo mais diverso e inclusivo

DISSIDENTES



Afluente

Pública



pauta
pública

Vida de
JORNALISTA

CIÊNCIA
SUJA
· PODCAST ·

VALA DE PERUS
PODCAST



Índigenas, com *Luciene Kaxinawá*

Esqueça o que você aprendeu na escola



O último Censo, realizado em 2010 pelo IBGE, registrou que viviam no Brasil naquele período pouco mais de 800 mil indígenas. Apesar desse número representar um percentual pequeno, inferior a meio por cento da população brasileira, ele está inserido em um grande contexto multicultural, que agrega 305 povos e 274 línguas diferentes.

Retratar com rigor a cultura, os costumes e a diversidade dessa população, tão ignorada e estigmatizada pela história brasileira, é um desafio que está longe de ser atingido. Os estereótipos começam nos livros escolares, ganham enredos

mirabolantes e ultrapassados no imaginário das pessoas e chegam inclusive à mídia, que reproduz e reduz com frequência tamanha multiplicidade de histórias a um único perfil indígena, como se isso fosse possível.

Do lado dos povos originários, as lutas são muitas vezes desleais. Os que ficam em suas comunidades e reservas, precisam defendê-las da invasão dos não indígenas, em uma luta tão intensa quanto invisibilizada no cenário nacional.

Já os que optam por viver em centros urbanos, precisam provar constantemente que merecem estar ali como qualquer

outra pessoa, e que essa escolha de vida não significa que eles abriam mão de suas origens. São pessoas como **Luciene Kaxinawá**, que luta diariamente para dar visibilidade e manter as tradições de seu povo, mesmo vivendo longe de sua comunidade.

Segundo ela, cabe também ao jornalismo, como agente de transformação e inclusão social, dar mais espaço e visibilidade para que profissionais como ela possam ajudar a mudar as narrativas e como a população em geral enxerga os povos indígenas e suas diferenças culturais.

Quem é Luciene Kaxinawá?

Primeira jornalista indígena da tevê brasileira, Luciene Kaxinawá nasceu em Porto Velho, Rondônia. De origem dos Huni Kuin (povo verdadeiro), do Acre, é filha de Maria, uma diarista, e de Francisco, um pedreiro e ex-trabalhador da extração de borracha. Em sua língua materna, o Pano, seu nome é Ibatsai, que significa mãe que cuida, mulher guerreira e ancestralidade. *“São muitos significados e isso me faz forte também para falar sobre quem eu sou”,* explica.

Apesar da forte relação com suas origens, ela cresceu longe da realidade de sua aldeia. Foi só aos 10 anos, quando começou a ter

noção de sua identidade indígena, que passou a pesquisar mais profundamente sobre suas origens e relações com os parentes mais próximos que ainda viviam na comunidade em que sua mãe nasceu. *“Um colega meu até comentou outro dia que foi aí que começou o meu trabalho como jornalista e como entrevistadora”,* brinca.

Entre seus objetivos, queria entender sua origem, quem era o seu povo, por que ela não estava inserida no contexto de sua

comunidade, e por que a mídia não trazia informações sobre os



povos indígenas em geral. A partir dessa primeira imersão cultural, sua percepção sobre suas origens mudou completamente: “O que pude perceber foi que a visão que passei a ter da comunidade e do povo indígena não era a mesma que via na escola”.

Sua primeira experiência em televisão foi aos 16 anos, como jovem-aprendiz. Esse primeiro contato com os bastidores do jornalismo fez com que ela se apaixonasse pela profissão e decidisse fazer dela sua carreira. Aos 18 anos, passou a trabalhar como repórter em um canal temático da Região Norte. Também atuou com produção de conteúdo, edição de imagens, apresentação e supervisão de imagem em uma emissora afiliada à Rede Globo em Rondônia. Em 2020 foi correspondente em Manaus pela CNN Brasil e

colaborou com a revista Vogue Brasil em uma edição especial sobre a Amazônia.

Hoje, trabalha de forma independente, produzindo conteúdo para algumas publicações, entre elas a agência Amazônia Real. Seu principal foco é divulgar os conflitos que existem dentro das terras indígenas, em especial no estado de Rondônia, onde vive, mas também procura dar espaço ao que há de bom em sua cultura, desconstruindo estereótipos ultrapassados sobre o que é ser indígena no Brasil.

“Minha missão é dar vez, voz e espaço aos povos indígenas, às comunidades quilombolas e aos ribeirinhos. São povos que trazem muita história e saberes ancestrais. Quero ser uma espécie de ponte, de contato, para dar esse espaço a cada um deles”.

etnia proferir as palavras Nawa Kaxi (morcego branco). “O nome do nosso povo é Huni Kuin, que quer dizer povo verdadeiro”, explica Luciene. “Gosto de usar o Kaxinawá porque foi assim que as pessoas da nossa aldeia ficaram conhecidas. Ao adotá-lo, além de reconhecer a importância da minha identidade, represento não só eu mesma, mas todo um povo. A primeira vez que fui chamada como Luciene Kaxinawá, ao vivo,

segurei muito a emoção, mas depois, dentro do carro, ‘chorei horrores’. Acho que naquele momento surgiu uma nova mulher dentro de mim, com muito mais força, mais garra, e determinada a cumprir uma missão”.

Além do reconhecimento próprio, levar o nome de sua comunidade para um veículo de grande penetração, como é a televisão, repercutiu rapidamente entre seu povo. Para ela, foi um

Pelo direito de ser Kaxinawá

Registrada em cartório com os sobrenomes Marçal de Araújo, Luciene Kaxinawá precisou lutar por quatro anos na justiça para que pudesse adotar profissionalmente seu nome indígena. A justificativa da empresa em que trabalhava na época é que ela não poderia assinar com um nome que não constava em seu registro. Difícil imaginar que outros jornalistas consagrados, como Cláudio Barcellos de Barcellos (**Caco Barcellos**) ou William Bonemer Junior (**William Bonner**) enfrentaram o mesmo tipo de problema em suas carreiras...

Curiosamente, o nome Kaxinawá foi dado por um não indígena, durante uma expedição, depois de ouvir um membro da

momento ainda mais importante do que ter sido a primeira jornalista indígena da tevê brasileira. “Recebi mensagens de muitos parentes de lugares que eu não conhecia, me acolhendo, dizendo que eu os representava e que poderia levar as nossas pautas para o mundo. Foi muito lindo. No começo do ano, inclusive, fui visitar alguns parentes e eles ficavam me chamando de cacica”.

E não é só no nome que ela carrega as tradições de seu povo. Com pinturas corporais e adereços produzidos por indígenas, Luciene se veste diariamente e vai à luta, produzindo um jornalismo engajado e disposta a mostrar a realidade dessa população originária brasileira, tão invisibilizada e estigmatizada. “Sempre gostei de andar assim e hoje, atuando com jornalismo independente, consigo ser quem eu sou, com mais liberdade”.

Mas nem sempre foi assim, principalmente quando trabalhava



Luciene levando adiante o nome de seu povo

JRO

LUCIENE KAXINAWÁ

Guajará-Mirim - RO

em televisão. Com o pretexto de que chamaria muito a atenção do público, Luciene passou por vários processos que, aos poucos, foram podando sua essência. “*Em um dos meus trabalhos recentes, fui toda repaginada e chegaram a pedir até que eu não utilizasse mais nenhum adereço que remetesse a minha origem. Nesse momento eu disse que poderia abrir mão do meu cabelo, das minhas roupas e de muita coisa, mas não da minha identidade, que levei tanto tempo para conquistar. Claro que não iria aparecer com tudo que uso hoje, mas um adereço ou outro, como meus brincos de pena e um colar de miçangas, são pedacinhos de mim, que contam a minha história*”.

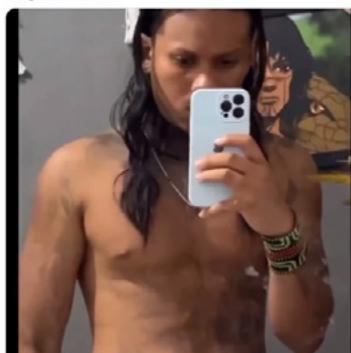
Uma luta contra estereótipos

Quão contraditório é perceber que aqueles que habitavam terras brasileiras antes mesmo

da chegada dos primeiros colonizadores ainda precisam justificar seus direitos de poderem viver em cidades, com acesso aos mesmos serviços e comodidades que todo cidadão.

Postagens preconceituosas nas redes sociais questionam o direito de indígenas possuírem bens, como um iPhone

VLOGDOLISBOA @VlogdoLisboa
Índio de iPhone 📱 13 Pro Max
Rapaz tá melhor que eu aqui onde é a Tribo To chegando kkkkkk



Maria P @damasnoite14
Ja viram indio de iPhone?



De acordo com o Censo de 2010, dos pouco mais de 800 mil indígenas que então viviam no Brasil, cerca de 300 mil estavam nos centros urbanos. São pessoas como Luciene, que representam suas culturas e tradições sem necessariamente viverem em aldeias e reservas.

“*Já vi muitos comentários bem preconceituosos, principalmente nas redes sociais*”, alerta. “*Com frequência, vejo gente falando que eu deveria voltar para a minha maloca, que não deveria estar na cidade. Isso quando não questionam nossos bens materiais, como se fosse proibido um índio ter iPhone, por exemplo. Trabalhamos para isso e podemos ter o que quisermos, como qualquer outro cidadão*”.

Para ela, que nasceu e cresceu longe de sua aldeia, trabalhar com jornalismo também tem sido um meio de levar mais informações sobre os povos originários à população em geral, derrubando mitos e preconceitos ainda tão comuns em nossa sociedade. “*Ainda está muito viva no imaginário das pessoas aquela*

visão de que o indígena ainda mora dentro de uma maloca, anda nu e pode casar com várias mulheres. Assim como a sociedade, a gente também se atualizou. As tecnologias estão dentro das comunidades e nós consumimos e produzimos informações como todo mundo”.

Com tantos estereótipos retratados ao longo da história nos livros, na dramaturgia e na mídia, um movimento de jovens comunicadores vem ganhando força e lutando para mudar essa narrativa e pelo direito de contar suas próprias histórias. É a Rede de Jovens Comunicadores, movimento que integra a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), maior organização indígena regional do Brasil.

“*É muito legal ver esse movimento da juventude, tão engajada em levar suas histórias adiante. É uma revolução muito grande, que me deixa muito feliz, pois eles estão assumindo o controle de suas narrativas. Isso é importante porque muitas vezes a nossa história é contada*

por outras pessoas, que não entendem o contexto ou não têm a vivência da realidade dos fatos. Acredito que quando você conta aquilo que vive, aquilo que presencia e que é um modo de vida seu, você traz verdade pra sua história”.

Um exemplo dos trabalhos promovidos pela Rede foi o lançamento em 2021 da animação [Grandes Guerreiros e Guerreiras](#), produção audiovisual que utilizou elementos da cultura indígena para dialogar com o público infantil sobre os riscos da Covid-19. O vídeo contou com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia).

“*Quando produzimos um conteúdo tão ligado à nossa cultura, todo um sentimento de pertencimento vai junto. É como se conseguíssemos entregar tudo de nós naquele material. Para quem está consumindo, também é possível ver a verdade e o resultado é perceptível na forma como as pessoas passam a enxergar, entender e respeitar*

o que somos. O Brasil é muito rico. Com muitas culturas. Se já se acostumou com tantas que vivem totalmente integradas, acho que é possível, sim, as pessoas se acostumarem com a cultura indígena”.

Com mais de 300 etnias no



Animação Grandes Guerreiros e Guerreiras

Brasil, cada uma com diferentes costumes e níveis de integração na sociedade em geral, é impossível traçar um perfil único capaz de resumir e padronizar a relação com os povos indígenas.

Para Luciene, algumas dicas básicas já ajudariam a desmistificar a população indígena, além de tornarem mais harmônica a relação no ambiente de trabalho, e correta a cobertura da imprensa sobre o tema:

- Utilize o termo indígena, e não “índio”, para se referir aos povos originários;
- O termo “tribo” também é errado. Prefira termos como “etnia” ou “comunidade”

para se referir a um povo;

- Por conta de algumas experiências ruins no passado,

algumas comunidades não aceitam pessoas de fora. Informe-se antes e procure indígenas que possam intermediar o contato ou até mesmo produzir o conteúdo para você. *“Tem todo um processo de chegada, um protocolo que eles têm de comunicação, mas em algumas comunidades só conversam se for com outros indígenas. ‘É parente?’, eles perguntam, e só assim liberam o acesso”;*

- Cuidado ao divulgar o nome das lideranças locais. Por causa de seus trabalhos, muitos vivem ameaçados e não têm nenhum aparato de segurança por parte das autoridades;

- Só no Brasil, são 305 etnias, com mais de 270 dialetos diferentes, cada uma com seus costumes. Entender essa diversidade é essencial para evitar estereótipos e generalizações. *“Mesmo eu, que sou indígena,*

procuo entender primeiro onde estou indo e quais são os costumes daquela comunidade. O que ofende aquela cultura, aquele povo? Em algumas comunidades, por exemplo, você não conversa com as pessoas que te recebem, precisa ir direto falar com o cacique. Depois ele pode te autorizar a falar com os demais”;

- Ao contratar um profissional indígena, procure entender quais costumes são mais importantes e que estarão presentes no seu dia a dia. *“É importante para contextualizar e deixar todo mundo o mais confortável possível. São culturas diferentes, com grandes contrastes, portanto, tentar entender é muito importante quando tratamos de inclusão”;*

- Trate com a maior naturalidade possível. *“Nós somos pessoas que têm costumes diferentes e não bichos exóticos”;*

- Muitos indígenas cresceram em contextos muito

diferentes e não compartilham necessariamente do mesmo conhecimento que os não indígenas. Em vez de falar, ouça, converse, entenda, acolha e, quando necessário, ensine. *“Nós temos muita capacidade e se você quiser me ensinar algo que não sei vou ser muito aberta, vou ser muito receptiva”;*

“São algumas dicas importantes para obter o respeito de muitos povos. E o resultado é muito gratificante, porque cobram e querem ver o conteúdo que está sendo publicado sobre eles. Ficam de olho em tudo”.

Das redes sociais para as redações

Mesmo com o trabalho da Rede de Jovens Comunicadores da Coiab, ainda são poucos os indígenas que estão encontrando alguma oportunidade no jornalismo, ou enxergam a carreira

como uma opção profissional. Dentro da própria Rede, muitos aproveitam as redes sociais para iniciar seus trabalhos como comunicadores, afastando suas narrativas do jornalismo e das mídias mais tradicionais.



“Por que não trazer um pouco da nossa cultura e dos nossos saberes para dentro das redações também?”, questiona Luciene. *“Esse espaço precisa ser ocupado. Tantas outras questões de inclusão estão sendo discutidas, mas e os povos indígenas? Por que ainda é tão estranho ter um indígena dentro de uma redação?”.*

(Convidada deste especial para discutir a questão da Negritude nas redações, **Luciana Barreto** também alertou para essa falta de representatividade: *“Hoje já há um constrangimento no jornalismo quando as pessoas discutem assuntos relacionados a racismo sem a presença de pessoas negras no debate, mas por que isso não acontece quando o assunto diz respeito aos indígenas?”*, questionou ela.)

Apesar do pouco espaço nas

redações tradicionais, Luciene acredita que o aumento da visibilidade de comunicadores indígenas nas redes sociais poderá ser um caminho para esses profissionais chegarem às redações.

“Nós ocupamos faculdades e espaços urbanos, trabalhamos na cidade, por que então não termos espaço também nas redações? Essa não é uma necessidade só nossa, é do próprio jornalismo, porque como jornalista, amazônida e indígena, percebo que há uma dificuldade grande de elas se comunicarem com as comunidades tradicionais e com a população da Amazônia. É preciso aproximar a linguagem e o conteúdo que é entregue para que nós possamos

receber esse material e tornar isso parte do nosso cotidiano”.

Luciene acredita ainda que com um possível aumento da presença de jovens comunicadores como ela nas redações, não apenas a questão indígena, mas também as narrativas



Povo Paiter Suruí: Café de Rondônia para o mundo

sobre a própria Amazônia serão beneficiadas. *“O que se ouve muito hoje é a questão do desmatamento ou quando tem algum grande crime, como aconteceu recentemente com o Dom Phillips e o Bruno Pereira, que foi noticiado mundialmente. É importante, sim, estar em cima e cobrar as autoridades em relação a esses problemas, mas a Amazônia é muito mais do que isso. A região também tem histórias muito interessantes e que estão invisibilizadas”.*

Ela usa como exemplo o caso do povo Paiter Suruí, do interior de Rondônia, que produz café orgânico em uma área totalmente reflorestada e hoje exporta parte da produção para a Suíça. *“É uma história interessante, que poderia estar sendo contada, assim também como a questão do etnoturismo, que está crescendo muito na região Amazônica”.*

Em que pese a defesa que faz de uma cobertura mais

ampla, capaz de mostrar o que há de positivo na Amazônia, em especial temas relacionados às etnias indígenas, Luciene sabe que a realidade de atuar na região é cheia de riscos. Ela mesma já recebeu ameaças em seu ambiente de trabalho. Nesse sentido, ser uma profissional independente, sem o apoio de uma grande mídia por trás, dificulta ainda mais o trabalho.

“A Amazônia não é para

aventureiros”, alerta. *“Cobrir a região é um trabalho muito arriscado, principalmente para os jornalistas que precisam entrar nas reservas e nas comunidades para conversar com indígenas que estão ameaçados de morte. Até mesmo dentro da reserva já fui ameaçada várias vezes, inclusive por um político”.*

E conclui: *“Viver e trabalhar na Amazônia é pra quem tem coragem”.*



Confira a íntegra da entrevista com Luciene Kaxinawá, no [YouTube](#) e nos principais tocadores de podcast: [Spotify](#), [Orelo](#), [Google Podcasts](#) e [Amazon Music](#).

Neurodivergentes, com Erick Motta

Naturalizar a neurodivergência humana, e não hype (*)



(*) abreviação da palavra em inglês *hyperbole*, que se tornou uma gíria para transmitir ideias, produtos e marcas que viralizam

Mais do que uma evolução da própria sociedade, a preocupação em relação à inclusão de pessoas neurodivergentes em espaços que por muito tempo lhes foram negados – ou permitidos com olhares desconfiados – foi impulsionado pelo avanço dos conhecimentos obtidos pelas comunidades científica e médica ao longo das últimas décadas.

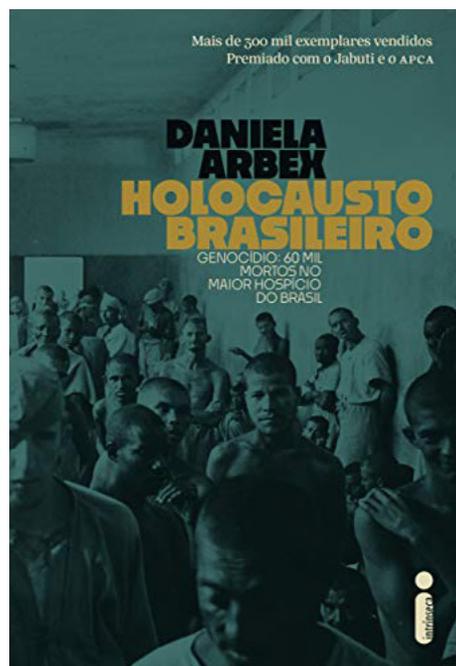
O avanço de pesquisas e estudos sobre o funcionamento do cérebro permitiu que doenças e condições neurológicas fossem diagnosticadas com mais clareza e tratadas com eficácia, diminuindo assim o trauma e o

preconceito acerca do tema.

Estudos mostram que pessoas consideradas neurodivergentes podem ter variações cognitivas como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), autismo (espectro de transtornos que geralmente se manifestam em dificuldades no convívio social, comportamento repetitivo e, em alguns casos, ansiedade e TDAH), dislexia (transtorno de aprendizagem que dificulta leitura e escrita) ou dispraxia (transtorno neurológico de coordenação motora que envolve dificuldade em pensar e movimento planejado).

Para se ter uma ideia do tamanho do obscurantismo que imperou ao longo da história da humanidade sobre o assunto, vale alertar sobre os relatos estarrecedores de genocídio ocorridos a partir da década de 1960 no Hospital Colônia, em Barbacena, Minas Gerais, retratados no livro [Holocausto Brasileiro](#), de **Daniela Arbex**.

A instituição, que era destinada a pessoas diagnosticadas com transtornos mentais, foi responsável pela morte de mais de 60 mil internos, muitos dos quais inclusive tiveram seus corpos vendidos para estudo



em cursos de medicina, segundo denúncia da jornalista, vencedora, entre outros, dos prêmios *Jabuti*, *Esso* e *Knight International*.

Além da barbárie, injustificável independentemente da condição mental de uma pessoa, chama a atenção no livro que não só pacientes diagnosticados com alguma doença mental eram internados, mas também pessoas que sofriam de problemas epiléticos, hiperatividade, depressão, alcoolismo ou que eram simplesmente tímidas. Em geral, qualquer tipo de pessoa considerada fora dos padrões sociais da época estava apta a ser internada.

Casos como estes mostram o quão importante

foi (e está sendo) evoluir e naturalizar a discussão sobre a neurodiversidade. Se o número de pessoas diagnosticadas está sendo tão amplo, ao ponto de ser considerado de maneira preconceituosa como “moda” por alguns, inclusive em artigos publicados na mídia, significa por outro lado que muitas pessoas estão encontrando respostas para problemas que as acompanharam ao longo de suas vidas.

É o caso de **Erick Motta**, jornalista convidado para discutir o tema nesta última parte do especial *Subjetividades*, e que só foi diagnosticado com TDAH em outubro do ano passado, aos 29 anos. “A minha vida podia ter

“sido outra se eu soubesse antes”, lamenta.

O TDAH é um distúrbio neurobiológico que se caracteriza por desatenção, desassossego e impulsividade, mas que em nada afeta a capacidade intelectual de quem tem o diagnóstico. Ele é classificado em três grupos: predomínio de sintomas de desatenção; predomínio de sintomas de hiperatividade/impulsividade; e combinado. Este último é o que se encaixa no perfil de Erick.

Ao aprender diariamente a lidar e conviver com a sua condição, ele hoje é um grande exemplo para que outras pessoas sintam-se confiantes em falar a respeito, mas sabe que a resistência ainda é enorme, principalmente pelo preconceito que ainda impera sobre o assunto.

fotografia em que o destaque não fica no centro, mas sim em uma posição mais periférica da imagem. Minha ideia foi sempre essa de olhar para uma realidade diferente do foco da grande maioria das pessoas. Eu trabalhava como representante comercial, fazia faculdade de Jornalismo e tocava o meu site de madrugada. Dormia de três a

Quem é Erick Mota?

Nascido na Bahia, filho de uma manicure com um caminhoneiro, Erick Mota mudou logo cedo com os pais para Curitiba, onde cresceu e construiu grande parte de sua carreira. Com seu jeito inquieto e muita habilidade para se comunicar, desde a adolescência arriscava-se em áreas como webdesign e fotografia, e aos 16 anos lançou sua própria webrádio.

Começou a estudar Jornalismo em 2014, graças ao Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), mas sem poder se submeter aos baixos salários geralmente oferecidos em estágios, criou seu próprio blog, o [Regra dos Terços](#).

Ali teve suas primeiras

experiências no jornalismo, cobrindo principalmente eventos culturais alternativos. que não tinham muito espaço na mídia. *“Por isso o nome Regra dos Terços, que é um conceito da*



quatro horas por dia, mas sabia que precisava daquilo”, lembra.

A estratégia de investir para aprender deu certo, e no final do mesmo ano conseguiu sua primeira oportunidade profissional, como assistente de comunicação da TV Evangelizar. Nos três anos seguintes, acumulou promoções, passando por produtor, repórter e apresentador. Ainda em Curitiba, atuou depois na Gazeta do Povo e nas tevês Bandeirantes e Record (RIC TV).

Mudou-se para Brasília em 2019, após sua esposa, a também jornalista [Kelli Kadanus](#), ser transferida para a Capital Federal. Por lá, passou por Instituto Socioambiental, Congresso em Foco e novamente pela TV Bandeirantes.

De volta a Curitiba



no final de 2021, seguiu com seu trabalho no Regra dos Terços, que sempre manteve ativo paralelamente aos demais trabalhos, mas que agora também é focado em pautas de Direitos Humanos e Neurodivergência. Em abril deste ano, ao lado da influenciadora digital [Alpin Montenegro](#), [lançou o podcast Distráidos](#), que aborda o impacto de neurodivergências nas vidas das pessoas, e em junho retornou à RIC TV, como repórter.

Exemplo de aplicação do conceito da regra dos terços na fotografia

O impacto do diagnóstico tardio

De acordo com o Programa Neurodiversidade no Trabalho, da Universidade Stanford, entre 15% e 20% da população mundial são considerados neurodivergentes. Infelizmente, a grande maioria desse público nunca foi diagnosticada propriamente. São pessoas com frequência taxadas de maneira simplista como ansiosas, tristes, de difícil convivência, desatentas, inquietas, estabanas, com dificuldade de aprender ou até desrespeitosas, por “não prestarem atenção ao que os outros falam”.

Erick descobriu há menos de um ano seu diagnóstico. Ele já vinha fazendo um acompanhamento psicológico por causa de um quadro de ansiedade, até que um dia, desconfiado de que poderia

“Foi um marco pra mim. Foi libertador. A partir daquele momento passei a ser o ‘Erick TDAH’ para todo mundo, porque todos os que conhecia das redações, meus amigos, meus ex-chefes, estavam ali e ficaram sabendo”.

Se por um lado lamenta não ter descoberto antes sua condição, por outro pôde perceber como entender seu diagnóstico e criar mecanismos para minimizar possíveis impactos em seu trabalho, que o ajudaram a seguir adiante.

“Todo profissional tem seus pontos fortes e fracos, e com uma pessoa neurodivergente não é diferente. Entender a minha condição ajudou a superar as minhas dificuldades, e me deu mais confiança para trabalhar em cima dos pontos fortes. O TDAH tem uma condição bem comum que é o hiperfoco. É como se a pessoa

apresentar TDAH, decidi fazer em sua casa um teste autoaplicável, chamado ASRS-18. “Eu sentei com a minha esposa e fui fazendo”, lembra. “A medida que eu falava ‘isso aqui eu sou um pouco’, ela contra argumentava: ‘não, não não, você é muito’. No final gabaritei o teste e decidi então marcar consulta com um neurologista”.

Após a consulta, veio a confirmação e de repente, tudo fez mais sentido na vida dele. “Naquele momento, pensei: ‘Como eu não sabia disso até agora?’. De repente, tudo fez mais sentido. Sempre sofri com



Erick Mota
@erickmotaporai

Eu tenho TDAH. Fui diagnosticado há uns três/quatro meses. Isso pode parecer muito louco para algumas pessoas: "como você tem Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade se vc decorava textos para entrar ao vivo?", "como vc tem TDAH se vc toca duas empresas?" +

12:19 PM · 14 de jan de 2022 · Twitter Web App

462 Retweets 164 Tweets com comentário 3.833 Curtidas

mergulhasse profundamente em algo quando lhe interessa muito – no meu caso, é a Comunicação. Com o direcionamento correto, produzo conteúdo em uma quantidade que uma pessoa neurotípica talvez não conseguiria”.

Ele dá como exemplo o período em que trabalhou no Distrito Federal, cobrindo o Congresso Nacional:

“Quando fui repórter de rede da Band em Brasília, pegava a minha mochila, com todos os equipamentos, saía sozinho pro Congresso. Com o equipamento nas costas, arrumava o tripé, dava o play e entrava ao vivo pra

a síndrome do impostor, e então eu pude perceber que eu não era um mau profissional só porque não seguia o ritmo das outras pessoas. Descobri que era um ótimo profissional, no meu próprio ritmo”.

Na época, ele ainda vivia em Brasília, e trabalhava na TV Bandeirantes. Com medo das possíveis reações, e até para digerir essa nova realidade, preferiu não expor sua condição em um primeiro momento. Foi só quando deixou a emissora, e retornou para Curitiba, que decidiu publicar sua história em uma [thread no Twitter](#).

BandNews TV, BandNews Rádio, Rádio Bandeirantes, canal Agro+, Band aberta, fazia VT. Tinha dia que eu fazia mais de dez links. Ouvia muito da equipe de São Paulo, que é a cabeça de rede, que eu era o repórter do Brasil que mais entrava ao vivo. Pra mim dava muito certo, porque não consigo ficar quieto”.

Mas, segundo ele, isso era possível porque o assunto em questão também era do seu interesse “Eu gosto de Política e por isso estava sempre ligado. Mas se você me colocar para cobrir Economia, vou te entregar um conteúdo muito abaixo, porque não gosto de Economia.

Para uma pessoa normal, fazer algo de que ela não gosta é muito chato, mas para um TDAH é tortura”.

Mas é claro que essa é a realidade de Erick e não significa que toda pessoa neurodivergente tem as mesmas características, positivas ou negativas. *“E está tudo bem, porque, a bem da verdade, seja uma pessoa neurodivergente ou neurotípica, todos são diferentes e trabalham de maneira diferente. O segredo é entender e saber respeitar as habilidades e limitações de cada indivíduo, independentemente de sua condição”.*

O poder do acolhimento

Um dos principais desafios para implantar políticas mais diversas em uma empresa, de maneira responsável e inclusiva, está na forma como o ambiente

de trabalho será preparado para ser um local de fato acolhedor. Ampliar a diversidade de uma equipe sem dar condições para que essas pessoas desenvolvam por completo suas potencialidades e tragam novos olhares para a estratégia de uma empresa, além de ser um desperdício do ponto de vista do negócio, pode ser algo muito ruim para os colaboradores.

No caso de pessoas neurodivergentes, por se tratar de um grupo muito amplo e plural dentro de suas necessidades, esse acolhimento pode acontecer com atitudes simples, como conversar e entender a realidade do profissional, conhecendo seus pontos fortes e fracos, ou até criando espaços de trabalho menos barulhentos. Não existe uma fórmula padrão, por isso é tão importante conhecer e entender as diferenças, e, claro, estar de fato comprometido com

sua política de diversidade, e não apenas para prestar contas a *stakeholders* sobre a adequação da empresa às práticas ESG.

“Às vezes algo tão básico, como dar um notebook na mão de um neurodivergente e mandá-lo trabalhar onde quiser quando estiver cansado ou com dificuldade de se concentrar faz uma diferença tremenda”, explica Erick. “Ter um cantinho. Não custa! Porque é muito difícil você se concentrar quando está ansioso, e teu colega fica falando no telefone, outro fazendo piada, outro pegando café, e outro ainda falando que a GloboNews deu um assunto que a gente não deu. Você não consegue se concentrar se está num dia de maior dificuldade”.

Pouco tempo depois de anunciar nas redes sociais sobre seu diagnóstico de TDAH, Erick foi convidado para retornar à RIC TV. Em sua primeira conversa com

sua nova gestora, pela primeira vez ele pode colocar à prova qual seria a reação de um ambiente de trabalho à sua condição e como aquilo poderia afetar positiva e

negativamente o seu trabalho.

“Me dá até vontade de chorar quando lembro do quão compreensiva ela foi”, lembra. “Hoje tenho o ambiente ideal com a equipe com que trabalho. Eles sabem da minha condição, sabem do profissional que sou e me valorizam por isso. Hoje trabalho muito mais confiante e sei que entrego um trabalho muito bom, caso contrário não estaria mais lá. Que pena todas as redações não serem assim, porque faz uma diferença muito grande”.

Mas nem sempre a realidade é a mesma para todos. Segundo Erick, muitos são os casos em que pessoas diagnosticadas não encontram no trabalho um ambiente em que se sintam à vontade para expor suas realidades. *“Para o funcionário é ruim, mas para a empresa é pior ainda. Se você cria um ambiente acolhedor, as pessoas*

se sentem à vontade e são mais felizes. Pode ser que você seja um chefe que só pensa em dinheiro. Se você é assim, saiba então que vai ter mais lucro com um funcionário satisfeito. E não estou falando só de neurodivergência, isso serve na relação com qualquer pessoa”.

E conclui: *“Com o acolhimento que tive, se minha chefe me pedir de última hora pra trabalhar sábado e domingo, eu vou com o maior prazer, porque sei que ela estava lá quando precisei”.*

Neurodivergência na mídia

A falta de informação sobre neurodivergência na mídia, e até a forma estereotipada como ela é muitas vezes tratada, ajuda a explicar como tantas pessoas só são diagnosticadas tão tardiamente.





Influenciadora Alpin Montenegro usa as redes sociais para ampliar o debate sobre autismo

Um novo fenômeno, porém, vem ajudando a mudar essa realidade. Nas redes sociais, aumentou consideravelmente a quantidade de influenciadores digitais como Alpin Montenegro, parceira de Erick no podcast *Distraídos*, que aproveitam o alcance dessas plataformas para falarem abertamente sobre o tema.

Em recente artigo publicado na Folha de S.Paulo, porém, o filósofo Luiz Felipe Pondé classificou movimentos como esse como uma “tendência de estilo hype”, ignorando toda luta dessas pessoas em buscarem acolhimento, informação e um senso de pertencimento dentro de um grupo de apoio.

Dias mais tarde, a mesma publicação trouxe o artigo [O hype do desinformado](#), de autoria da advogada Vanessa Ziotti. Autista

e mãe de trigêmeos autistas, ela é membro da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência e coordenadora do Grupo Especial de Educação da OAB-SP, além de diretora jurídica do Instituto Lagarta Vira Pupa.

“Essa ‘modinha’ é uma luta constante e coletiva para que pessoas com deficiência possam existir, ter acesso à saúde, à educação, ao mercado de trabalho”, destacou a advogada, que acrescentou. “Essa moda é sobre acordar todos os dias e pensar que poderia ser um filho nosso naquele camburão da Polícia Rodoviária Federal em que Genivaldo de Jesus Santos, 38, morreu asfixiado – Genivaldo era neurodivergente, da nossa turma descolada – simplesmente porque os agentes não sabiam como agir para abordar uma pessoa com deficiência”.

Recortes distorcidos, como o de Pondé, são um indicativo claro de como a mídia ainda não está preparada para tratar o tema com responsabilidade, uma vez que, em nome da pluralidade, visões preconceituosas ainda ganham espaço em grandes veículos.

Outro exemplo bastante recorrente, relembra Erick, são casos de conquistas, comuns a qualquer cidadão, serem retratados como grandes exemplos de superação pelo fato de a pessoa ser neurodivergente. Isso reforça a ideia de que, por causa de suas condições, elas são menos capacitadas a alcançar sucesso em suas vidas.

Ele dá como exemplo o caso recente de uma matéria exaltando uma garota diagnosticada com autismo e TDAH que concluiu um mestrado. *“Isso é um exemplo claro de uma visão capacitista que ainda é muito forte. Uma pessoa autista*

tem a mesma capacidade que qualquer outra pessoa. Ela fazer mestrado não é notícia. Vamos lá, para o beabá do jornalismo que a gente aprendeu na faculdade: o cachorro morder o homem não é notícia, o homem morder o cachorro é notícia. Por que que essa menina, que é autista e TDAH, não poderia ter feito mestrado? Qual é a notícia?”.

Para Erick, abrir espaço para profissionais neurodivergentes nas redações, ou incentivar aqueles que já são diagnosticados – ou desconfiam – a falarem abertamente sobre o assunto, ajudaria a diminuir a reprodução de informações distorcidas, capacitistas e muitas vezes preconceituosas.

Um exemplo recente, sobre como ter um profissional que vive essa realidade pode transformar uma pauta, aconteceu há algumas semanas, quando o

estudante Kaito Brito, que tem Transtorno do Espectro Autista (TEA) [foi impedido de utilizar o transporte público de Curitiba](#) na companhia de seu cão de serviço. Sem poder voltar para casa, ele passou mal, teve crises de choro e precisou ser socorrido pelo próprio animal.

A notícia logo ganhou espaço na imprensa, inclusive motivada por Erick, que publicou a matéria no Regra dos Terços e em seguida levou a pauta para a Record (RIC TV), onde é repórter. Por conhecer as características do diagnóstico de Kaito, ele propôs uma abordagem diferente, inclusive na maneira como a equipe entrevistaria o estudante.

“Eu cheguei na emissora, mostrei a história e propus a pauta. Eles aceitaram e então acrescentei: ‘Mas olha, o Kaito é autista, e pessoas com essa condição costumam fazer tudo programado, para evitar crises

Bolt, o cão de serviço utilizado por Kaito Brito



de ansiedade. Então, não liga direto, manda um whats primeiro, perguntando se a gente pode ligar e não pegá-lo no contrapé. Quando marcar com a equipe, deixa o pessoal chegar lá com tempo, e não naquele ritmo louco de sempre, para não acelerar o rapaz'. Como a pauteira era muito sensível, ela fez um trabalho sensacional, tanto que virou amiga dele. O resultado, foi um material muito bem feito e resultou não só

na liberação do uso do cão de serviço para ele, mas também entrou em discussão a liberação para todas as pessoas que precisam".

Na contramão, uma outra emissora fez o trabalho normal do dia a dia, sem se atentar para as questões referentes à neurodivergência do estudante, e o resultado foi totalmente o oposto: "O produtor entrou em contato naquele ritmo frenético da tevê, pressionou para fazer a entrevista naquele momento, em seguida desmarcou e tentou remarcar para duas horas depois. Ai começou a chover e queriam que ele saísse na chuva.

Causaram uma grande crise que só não foi maior porque ele bateu o pé e falou que não iria mais atendê-los".

"No final das contas, o que precisamos é de mais humanidade. E isso inclui tudo, seja para a pauta LGBTQIA+, para as comunidades negras e indígenas, para as pessoas com deficiência, de territórios invisibilizados ou neurodivergentes. Não tem nada a ver com posição política. Se você compreende tudo isso, e respeita automaticamente, você é um ser humano", conclui.



Confira a íntegra da entrevista com Erick Mota no [YouTube](#) e nos principais tocadores de podcast: [Spotify](#), [Orelo](#), [Google Podcasts](#) e [Amazon Music](#).

#diversifica

por um jornalismo mais diverso e inclusivo

Confira os episódios em:



Caê Vasconcelos (UOL)



Jairo Marques (Folha de S.Paulo)



Luciana Barreto (CNN Brasil)



Nayara Felizardo (The Intercept BR)



Luciene Kaxinawá (Amazônia Real)



Erick Mota (Regra dos Terços)

